

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO SOBRE A
FORMAÇÃO EMPREENDEDORA NO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS**

EDSON OLIVEIRA NEVES

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO SOBRE A
FORMAÇÃO EMPREENDEDORA NO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS**

EDSON OLIVEIRA NEVES

Sob a orientação do Professor
Cezar Augusto Miranda Guedes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Março de 2010

630.71098151

M511c

T

Neves, Edson Oliveira, 1978-.

Educação e Empreendedorismo: um estudo sobre a formação empreendedora no curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais / Edson Oliveira Neves - 2010.

66 f.: il.

Orientador: Cezar Augusto Miranda

Guedes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 53-58.

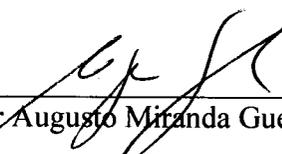
1. Ensino agrícola - Minas Gerais - Brasil - Teses. 2. Empreendimentos - Teses. 3. Ensino profissional - Teses. 4. Desempenho - Teses. I. Guedes, Cezar Augusto Miranda, 1954-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

EDSON OLIVEIRA NEVES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

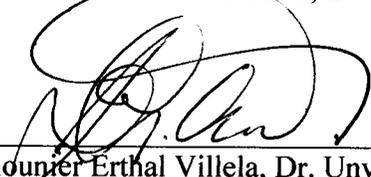
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30 de março de 2010.



Cezar Augusto Miranda Guedes, Dr. UFRRJ



Robson Dias da Silva, Dr. UFRRJ



Lamounier Erthal Villela, Dr. Unv. Estácio de Sá

*A meus pais e irmãos, pela paciência, dedicação.
À minha companheira de todas as horas, Sâmila, pela força,
comprometimento e encorajamento constante.
A todos que direta ou indiretamente contribuíram para este momento,
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, razão de todas as coisas, solução e conforto nos momentos mais inquietantes e difíceis dessa jornada. Pelo ânimo, saúde, perseverança.

À minha amada esposa, Sânila, que dividiu comigo as lágrimas e sorrisos que constroem grandes momentos como este.

Ao professor Cezar Guedes, mais que orientador, um amigo, pela paciência, pela prestatividade, pela orientação e conselhos importantíssimos que estarei carregando sempre comigo.

Aos queridos professores, Sandra Sanchez e Gabriel Santos pelo crédito, pelo apoio e por este belíssimo projeto em prol da educação brasileira.

Aos amigos, Kleber Carvalho, Roberto Comini, Suzana Escobar, pelas contribuições e apoio.

Aos colegas de mestrado, uma nova e inesperada família.

Aos colegas de trabalho do IFNMG pelo carinho e incentivo.

E, a todos que caminharam ao meu lado e participaram da construção deste trabalho.

RESUMO

NEVES, Edson Oliveira. **Educação e Empreendedorismo: um estudo sobre a formação empreendedora no curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.** 69p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

O tema empreendedorismo ganhou grande visibilidade e expressão nas últimas décadas em função das transformações econômicas e sociais resultantes de novos arranjos estruturais no mundo do trabalho. Com isso, configurou-se diferentes representatividades para questões como empregabilidade, formas precárias de ocupação, educação profissional, desenvolvimento local, dentre outros importantes conceitos ligados à economia e ao trabalho. Neste cenário ganha destaque a educação empreendedora, o ensino do empreendedorismo, o desenvolvimento de competências para o trabalho e, questiona-se os destinos da educação profissional. Nesta perspectiva de formação empreendedora, o presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada junto aos profissionais egressos do curso técnico em agropecuária do IFNMG – Campus Januária que já se encontravam inseridos no mercado de trabalho. Objetivou-se construir uma percepção em relação à formação empreendedora no curso, buscando verificar se as estratégias e práticas metodológicas de ensino aplicadas na instituição contribuem para promoção e desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras. Na construção do referencial teórico observou-se a relação entre as questões econômicas e as políticas educacionais no Brasil, foi abordado o contexto atual marcado pela reestruturação produtiva, discutido os papéis e a importância da educação profissional e do empreendedorismo frente ao novo cenário. Para o estudo em questão, foram observados os diferentes conceitos de competências empreendedoras e construído um modelo de competências para aplicação a partir de diferentes autores, respeitadas as peculiaridades próprias da microrregião de Januária atendida pelo IFNMG. Os resultados dessa pesquisa levou-nos a concluir que a formação empreendedora no curso técnico em agropecuária do Instituto ainda se encontra desarticulada do contexto do mercado e da realidade socioeconômica da região. É perceptível a falta de um modelo articulador e orientador que defina as principais competências a serem trabalhadas, que organize, mensure e dite as estratégias a serem utilizadas para desenvolver ou promover as competências empreendedoras em cada estudante durante a formação técnica agropecuária.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Trabalho, Educação Profissional, Competências Empreendedoras.

ABSTRACT

NEVES, Edson Oliveira. **Education and Entrepreneurship: a study about the entrepreneurial formation in the technical course in agricultural of the Federal Institute of Education, Science and Technology of the North of Minas Gerais.** 69p. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

The theme entrepreneurship won great visibility and expression in the last decades in function of the economical transformations and social resultants of new structural arrangements in the world of the work. With that, it was configured different representations for subjects as employment, precarious forms of occupation, professional education, local development, among other important linked concepts to the economy and the work. In this scenery it wins prominence the entrepreneurial education, the teaching of the entrepreneurship, the development of competencies for the work and, it is questioned the destinies of the professional education. In this perspective of entrepreneurial formation, the present work presents the results of a research accomplished the professionals exits of the technical course close to in agricultural of IFNMG - Campus Januária that one already found inserted in the job market. It was had as objective, to build a perception in relation to the entrepreneurial formation in the course, looking for to verify the strategies and methodological practices of teaching applied in the institution they contribute to promotion and development of competencies and entrepreneurial abilities. In the construction of the theoretical reference the relationship was observed between the economical subjects and the educational politics in Brazil, the current context was approached marked by the productive restructuring, discussed the papers and the importance of the Professional education and of the entrepreneurship front to the new scenery. For the study in subject, the different concepts of entrepreneurial competencies were observed and built a model of competencies for application starting from different authors, respected the own peculiarities of the area of Januária assisted by IFNMG. The results of that research took us to end that the enterprising formation in the technical course in agricultural of the Institute still meets disjointed of the context of the market and of the social and economical reality of the area. It is perceptible the lack of a guiding model that defines the main competences they be worked her, that it organizes, articulate and dictate the strategies they be used her/it to develop or to promote the enterprising competences in each student during the agricultural technical formation.

Key words: Entrepreneurship, Work, Professional Education, Entrepreneurial Competencies.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Competências propostas para o estudo junto aos egressos	25
Figura 2 - Mapa da área de abrangência do IFNMG	30
Figura 3 – IDH das Regiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri.....	31
Figura 4 – Abrangência do Curso Técnico em Agropecuária em Minas Gerais	37

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos Oferecidos pelo IFNMG em 2009	28
Tabela 2 - Participação por Setores no Produto Interno Bruto (PIB) das Mesorregiões do Norte de Minas Gerais	32
Tabela 3 - População ocupada das Mesorregiões do Norte de Minas Gerais	32
Tabela 4 – Perfil empreendedor dos egressos pesquisados	49
Tabela 5 – Influência do IFNMG na formação empreendedora dos egressos	51
Tabela 6 – Possíveis causas para a baixa Influência do IFNMG	51

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões da Competência Empreendedora	22
Quadro 2 – Competências propostas para o estudo.....	26

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ano de conclusão do curso técnico em agropecuária	43
Gráfico 2 – Cidade onde trabalha	44
Gráfico 3 – Curso superior.....	44
Gráfico 4 – Realização de cursos técnicos, capacitações e aperfeiçoamentos	45
Gráfico 5 – Hábito de leitura	46
Gráfico 6 – Frequência de acesso à Internet	46
Gráfico 7 – Utilização da Internet em função do trabalho.....	47
Gráfico 8 – Trabalha em empreendimento próprio	48
Gráfico 9 – Competências empreendedoras mais importantes nas atuais atividades profissionais.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAFJ – Escola Agrotécnica Federal de Januária - MG
EAFSalinas – Escola Agrotécnica Federal de Salinas
EFEI – Escola Federal de Engenharia de Itajubá
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENE – Escola de Novos Empreendedores
FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC – Ministério da Educação
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	4
2.1. A vertente Econômica e sua Relação com as Políticas Educacionais no Brasil	4
2.2. Reestruturação Produtiva, Educação Profissional e Empreendedorismo	8
2.3. A Formação Empreendedora	12
2.3.1. Empreendedorismo: conceituação e importância	12
2.3.2. O Ensino de empreendedorismo no Brasil	15
2.3.3. Competências e habilidades empreendedoras	18
3. O CASO DO IFNMG	28
3.1. O IFNMG e a Caracterização Socioeconômica de sua Área de Atuação	28
4. METODOLOGIA	39
4.1. População e Amostra	40
4.2. Coleta de Dados.....	40
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	56
8. ANEXO.....	62

1. INTRODUÇÃO

Os novos tempos protagonizam transformações econômicas e sociais que através das intervenções tecnológicas e das transformações estruturais no mundo do trabalho trouxeram diferentes significados e abrangências à abordagens como empregabilidade, eficiência produtiva, formas precárias de ocupação, educação profissional, desenvolvimento local, economia solidária, dentre outros importantes conceitos ligados à economia e ao trabalho.

Questões de forte impacto social, como o desemprego estrutural que vem atingindo níveis cada vez mais altos, e que não resulta de crises econômicas, mas de mudanças na estrutura da economia, de novas formas de organização do trabalho e da produção, têm sido amplamente discutidas e percebidas como fenômenos complexos.

É neste contexto, marcado por incertezas que o tema empreendedorismo ganhou grande visibilidade e expressão nas últimas décadas no cenário atual, sendo objeto de intenso estudo e pesquisa, estando presente nas discussões sociais, políticas e econômicas de todo o mundo.

No Brasil, além da relação com aspectos econômicos e sociais, a discussão e a inserção do tema empreendedorismo é percebida nos debates sobre os rumos da educação no país. Nesse sentido, observa-se que as últimas reformas ocorridas na educação, em especial na educação profissional, estão estritamente ligadas à atual conjuntura e se apresentam como uma tentativa de adequar o sistema educacional às exigências e prerrogativas do mercado.

Ciavatta (2001), sobre a educação profissional, diz que esta é vista como uma resposta estratégica, porém polêmica, aos problemas postos pela globalização econômica e advindos das novas configurações da estrutura produtiva. Neste contexto, a escola é pressionada pela sociedade e pelo estado a direcionar sua atuação para a formação de um profissional com o perfil exigido pelo mercado e em condições de se adequar a este novo cenário.

Neste sentido, Frigotto (2004), sobre o papel das instituições de ensino profissional, salienta que estas não devem trabalhar em função das entidades empresariais, mas em função do homem. Partindo deste argumento, e observando o contexto, a educação profissional deve fundamentar-se em uma qualificação abrangente. Ou seja, que inclua, além das competências técnicas próprias da especialidade profissional, uma visão crítica das coisas, responsabilidade social, capacidade de reação e interação com diferentes grupos e indivíduos - características que compreendem os fundamentos da educação empreendedora.

Um profissional empreendedor, conforme define Bernardi (2003), apresenta características marcantes como a autoconfiança, o senso de oportunidade, o dinamismo, a persistência, a flexibilidade e resistência a frustrações, a criatividade, a capacidade analítica de riscos, ou seja, elementos diferenciais, passíveis de construção e desenvolvimento, de caráter cognitivo e que são determinantes para a compreensão, interpretação e adaptação às circunstâncias do mercado e da sociedade contemporânea.

Com base no exposto, esse estudo leva em consideração a relação entre a educação profissional de nível técnico que é desenvolvida no país, em especial pelas instituições da rede federal de educação profissional, e a formação empreendedora

disponibilizada na sociedade. O foco do trabalho é a formação empreendedora na educação agrícola. A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – IFNMG - no curso técnico em agropecuária desenvolvido em seu campus localizado na cidade de Januária (antigo CEFET-Januária). Este campus apresenta um longo histórico na formação de técnicos em agropecuária – cerca de 50 anos, sendo uma referência de formação no Estado de Minas e no sudoeste da Bahia.

O estudo observou a formação empreendedora no curso técnico, considerando a promoção e desenvolvimento de competências empreendedoras que respondessem às peculiaridades do mercado de trabalho regional e levasse em conta as características econômicas, sociais e culturais da região abrangida pelo Instituto.

O desenvolvimento de uma visão empreendedora na educação profissional de um técnico em agropecuária representa o aumento das possibilidades, a abertura de caminhos no mercado de trabalho onde a competitividade é intensa. A Educação empreendedora focaliza uma postura pró-ativa, que nega a sujeição irrestrita aos preceitos econômicos capitalistas, não aceita a profissão como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta a mais para o profissional se estabelecer e desenvolver-se.

Nesse sentido, o técnico em agropecuária com uma formação empreendedora consegue enxergar o mercado de ângulos diferentes, considera oportunidades e possibilidades que um indivíduo comum normalmente não vislumbraria. Com uma percepção crítica mais apurada, lhe é permitido analisar com propriedade diferentes negócios e empreendimentos em agropecuária no que concerne a riscos, recursos, investimentos. O que seria impossível sem um mínimo de visão empreendedora e conhecimentos básicos de gestão.

Do exposto, levantou-se os seguintes questionamentos: como é compreendido o ensino de empreendedorismo no curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG? De que forma é visto e interpretado?

Existe alguma disciplina, projeto ou atividade em andamento que busca promover as mínimas condições necessárias para que o aluno do ensino técnico profissionalizante em agropecuária desenvolva um perfil empreendedor?

Existe um tratamento adequado? Como se dá? É perceptível a vivência, experimentação, tempo, diálogo, pesquisa? Constrói-se ao longo da formação ou em um dado momento específico e isolado? Recebe um tratamento restrito, superficial e distante dos fatos? Valoriza-se as perspectivas inter e transdisciplinares?

A proposta político-pedagógica do Instituto Federal tem abrangido estas questões no que diz respeito às suas diretrizes gerais de ação, ao planejamento e elaboração do projeto do curso técnico em agropecuária, seus conteúdos, currículo e instrumentos?

Este trabalho apresenta como objeto de estudo as abordagens metodológicas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem na formação empreendedora dos alunos do curso técnico em agropecuária do IFNMG - Campus Januária. Partiu-se da hipótese que os discentes do curso adquirem ao longo de sua formação competências e habilidades empreendedoras mínimas e insuficientes quando observado o atual contexto econômico e social.

O objetivo que este trabalho se propôs foi de construir uma percepção em relação à formação empreendedora do curso técnico em agropecuária do IFNMG – Campus Januária, a partir de um estudo junto aos egressos do curso já inseridos no

mercado de trabalho, buscando verificar se as estratégias e práticas metodológicas de ensino aplicadas na instituição contribuem para construção e desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras.

Compôs a série de objetivos específicos da pesquisa:

- Identificar, junto aos alunos egressos do curso técnico em agropecuária e que estão inseridos no mercado de trabalho, necessidades educacionais relacionadas à sua formação empreendedora disponibilizada pelo IFNMG;
- Desenvolver um modelo de competências empreendedoras a partir de uma ampla revisão bibliográfica e utilizá-lo junto aos instrumentos de pesquisa;
- Levantar as características e o perfil empreendedor dos egressos do curso técnico em agropecuária já inseridos no mercado de trabalho.
- Verificar quais competências empreendedoras são consideradas mais relevantes para a atuação profissional do egresso.
- Mensurar as contribuições do IFNMG para o desenvolvimento e promoção das competências e habilidades empreendedoras na formação do Técnico em Agropecuária;
- Identificar e caracterizar ações planejadas (ex: atividades de extensão rural, seminários, discussões, visitas técnicas, estágios) que contribuam para o desenvolvimento das competências empreendedoras;
- Caracterizar a relação institucional com entidades de fomento e outras consideradas estratégicas no cenário econômico local como associações, cooperativas, SEBRAE, prefeitura municipal e outros organismos públicos.

Com este estudo, é possível subsidiar consistentemente a elaboração de programas, projetos e demais iniciativas que permitam a instituição trabalhar com o seu alunado o empreendedorismo, de modo a garantir o pleno desenvolvimento de um perfil empreendedor.

Uma pesquisa dessa natureza se justifica em função de permitir a caracterização, compreensão, interpretação, e por fim, a verificação das reais contribuições do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas para a promoção e facilitação do desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras no seu profissional técnico em agropecuária.

Em linhas gerais, este trabalho permitiu avaliar o grau de contribuição das estratégias, metodologias e práticas de ensino adotadas na instituição para o desenvolvimento do perfil empreendedor do seu profissional técnico e o impacto de suas ações – educação disponibilizada – na sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1. A Vertente Econômica e sua Relação com as Políticas Educacionais no Brasil

Para uma análise do sistema educacional em vigor no Brasil e todas as suas peculiaridades é indispensável e preponderante compreender a estrutura produtiva, cultural, política e social estabelecida e prevalente na sociedade, já que estas são determinantes para a compreensão e caracterização das bases do sistema educacional vigente.

Ao se considerar que as sociedades ao longo da história sempre se organizaram em função dos seus mecanismos de produção a fim de garantir sua provisão, seu desenvolvimento e manutenção das condições para a sua sobrevivência e perpetuação, observa-se que todos os fundamentos sociais corroboram e direcionam para este objetivo, ou seja, de sustentação e continuidade.

A sociedade constituída, assim como os seus mecanismos de produção, se perpetuam mediante a reprodução das condições e das relações de produção. Isto fica claro, pela definição dentro do sistema social das diversas instituições que a partir da sua estrutura, direcionamento e práticas determinam e possibilitam a manutenção e desenvolvimento do sistema produtivo vigente, influenciando tais instituições e por estas sendo influenciado.

Esta reprodução é assegurada na sociedade pelos “aparelhos de Estado”, constituídos pelos aparelhos (organizações) repressivos (aqueles em que predomina a força) e pelos aparelhos ideológicos (aqueles em que predomina a força das idéias – família, religião, escola, meios de comunicação [...]). (SILVEIRA, 2002, p. 14).

Sobre a questão da influência dos aparelhos ideológicos, Silveira (2002) observa que mantidas estas condições, cria-se o ambiente ideal para consecução dos fatores que promovem a sustentação e perpetuação do sistema produtivo.

No século passado, e também no limiar deste novo, o capitalismo foi o movimento social, político e econômico que norteou os caminhos da sociedade atual, influenciando-a fortemente e se recriando a partir dos elementos desta própria. É praticamente impossível olhar a sociedade atual sem percebê-la impregnada pela presença do capitalismo. “O capitalismo é um modo de produção material e intelectual. Seja para constituir-se e generalizar-se, seja para reproduzir-se e recriar-se continuamente, as relações capitalistas engendram idéias, noções, valores e doutrinas.” (IANNI, 1976 apud SILVEIRA, 2002, p. 28).

O capitalismo, já há algum tempo, juntamente com uma nova expressão deste - a ideologia neoliberal, nas últimas três décadas - possui ampla hegemonia no mundo contemporâneo. Rege a ordem social, influenciando as políticas, a economia, a cultura e também os sistemas educacionais como um todo.

Sobre o poder exercido pelo neoliberalismo, por exemplo, Anderson (1995, p. 22) salienta que

[...] este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional.

O neoliberalismo é um movimento inacabado. Ainda existe certa resistência econômica ao modelo. Porém, por ser um movimento de grande envergadura, ganhou terreno a partir de ações em outras frentes. Política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou êxito a partir da disseminação “da idéia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.” (ANDERSON, 1995, p. 23).

Uma característica marcante dos sistemas hegemônicos é a reprodução desta macroestrutura através de múltiplas e mínimas manifestações, que se fazem presentes a partir dos diversos aparelhos ideológicos do estado como, família, religião, mídia, instituições educacionais, cultura, que atuam determinando a formação geral do indivíduo e, neste sentido, está adequadamente enquadrado o capitalismo e também o neoliberalismo – como uma “superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno” (THERBORN, 1995, p. 39).

Uma análise sob este prisma, de como se dá o processo constitutivo da sociedade e da formação do cidadão para tal, nos permite entender as instituições educacionais e todo o sistema de ensino como aparelhos ideológicos do Estado que acabam por servir a um sistema mais amplo e dominante, corroborando, assim como outras instituições, para sua perpetuação através da reprodução dos meios e mecanismos de produção e das relações produtivas. Dessa forma, é impossível desconsiderar a escola como uma das principais instituições responsáveis pelo desenvolvimento e perpetuação de um sistema hegemônico, ao mesmo tempo em que não se pode desconsiderar sua relevância como elemento singular e indispensável para a viabilização de um equilíbrio e sustentabilidade econômica e social de uma nação.

Em suas considerações sobre a ação capitalista no âmbito da ciência e da educação, Ianni e Romanelli, observam:

A análise da cultura espiritual do capitalismo (que é a o mesmo tempo um modo de produção material e espiritual) revela que os ideais, valores, princípios e doutrinas que a compõem estão presentes tanto nas relações econômicas e políticas como produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos. [...] Isto é, a cultura do capitalismo aparece na fábrica, no governo, no exercito, na igreja, no banco, na escola, no cinema, no teatro, no jornal, na televisão e outros núcleos de produção material e espiritual (IANNI, 1976 apud SILVEIRA, 2002, p. 26).

Numa perspectiva social, a educação escolar pode ser considerada uma necessidade que gera uma demanda capaz de determinar uma oferta. Mas, nessa mesma perspectiva, fatores como a herança cultural, a ordem política e o próprio sistema econômico podem atuar de forma que orientem a demanda social de educação e controlem a

oferta de escolas. Nesse sentido, não apenas a quantidade de bens traduzidos em educação escolar, mas também o próprio conteúdo desses bens podem ser adaptados pelos fatos acima (ROMANELLI, 2006, p. 26).

Têm-se como verdadeira a afirmativa que o modelo econômico existente e hegemônico e a ordenação social e política fincam as diretrizes norteadoras do sistema educacional e da produção científica de um país. Em cadeia, temos as injunções das diretrizes básicas da educação, dos referenciais teóricos, dos projetos político-pedagógicos e das estratégias, metodologias e práticas de ensino-aprendizagem que vigoram nos estabelecimentos de ensino.

De acordo com Romanelli (2006, p. 19), no Brasil “a evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que esta tomou só podem ser compreendidos a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político.”.

Numa análise temporal, podemos considerar a história recente do sistema educacional brasileiro em períodos bastante distintos e demarcados, cujas características determinaram os modelos e práticas educacionais. Tais períodos condizem, segundo Romanelli (2006) com:

- 1- o predomínio do modelo econômico extrativista e de agricultura tradicional – primeiro período;
- 2- o predomínio do modelo econômico industrial – segundo período e,
- 3- o terceiro período, marcado pela abertura e cooperação internacional multilateral.

O primeiro período, que pode ser considerado até o final da década de 1920, a educação é forjada em função dos interesses de uma classe oligárquica dominante. O ensino, sob o controle de classes mais abastadas, era organizado de forma fragmentária e se prestava a servir e alimentar os próprios valores e interesses desta classe. Romanelli (2006) destaca que durante todo esse período sempre houve um predomínio numérico das populações estabelecidas na zona rural e que isso, pela estrutura sócio econômica vigente, foi um fator preponderante na composição efetiva da demanda escolar.

Para uma economia de base agrícola, como era a nossa, sobre a qual se assentavam o latifúndio e a monocultura e para cuja produtividade não contribuía a modernização dos fatores de produção, mas tão somente se contava com a existência de técnicas arcaicas de cultivo, a educação realmente não era considerada como fator necessário. Se a população se concentrava na zona rural e as técnicas de cultivo não exigiam nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, está claro que, para essa população camponesa, a escola não tinha qualquer interesse. Enquanto as classes médias e operárias urbanas procuravam a escola, porque dela precisavam para, de um lado, ascender na escala social e, de outro, obter um mínimo de condições para consecução de emprego nas poucas fábricas. (ROMANELLI, 2006, p. 45).

O toque aristocrático e o caráter de classe que essa educação conferia não só favorecia a manutenção de *status* social, como contribuía para manutenção do distanciamento de classes, que a mesma ajudava a promover. Outro elemento importante desse período é o fato de que a educação se servia também de instrumento de ascensão social aos estratos, partícipes de classes abastadas, influentes políticos que, embora privados da propriedade da terra, se achavam em condições de assumir posições mais elevadas. Dessa forma, a cultura letrada, era vista como garantia de nível mais elevado de atuação (ROMANELLI, 2006).

Esse modelo educacional monopolizado se estendeu mesmo após 1930, quando as camadas aristocráticas deixaram de ser as únicas a procurar a educação escolar.

No segundo período - predomínio do modelo econômico industrial, considerado após a década de 1930, houve uma crescente popularização da educação (no sentido de disponibilização e acesso ao ensino). Isso se deu com o início do processo de ruptura das estruturas hegemônicas sociais, econômicas e políticas que, até então, fundamentavam a sociedade brasileira, sendo sensivelmente abaladas pela crise econômica internacional no final da década de 1920 e também, pelas revoluções no campo das idéias, traduzidas em manifestações culturais e sociais.

Romanelli (2006, p. 45) observa que, na educação, nesse período, “as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930.”.

Esse período foi marcado por profundas intervenções políticas por parte dos governos, principalmente em função da crise econômica mundial de 1929 que abalou a estrutura econômica de monocultura do país. Nesta oportunidade, o país testemunhou uma busca por segurança, crescimento econômico e desenvolvimento calcado num processo planejado de industrialização e reorganização da estrutura econômica existente. Esse período, chamado de desenvolvimentismo, é caracterizado por um projeto de industrialização pesada, como via de superação da crise e do subdesenvolvimento.

Conforme Bielschowsky (2006), esse ciclo do desenvolvimentismo no Brasil perdurou de 1930 (origem) a 1964 (auge e crise), sendo nesse período observadas as mudanças estruturais mais drásticas na história da economia brasileira.

[...] o período de 1945-47 não alterou a evolução básica que caracteriza a história econômica brasileira desde o início dos anos 30: o processo de diversificação do aparelho produtivo continuava em franco progresso, já que as atividades urbano-industriais lideravam amplamente a expansão da economia. Em 1947, e pela primeira vez na história do país, o valor da produção industrial ultrapassava o da produção agrícola. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 267).

O terceiro e último período, caracterizado pela abertura econômica e cooperação internacional multilateral e pela exigência implícita de mão-de-obra produtora e consumidora, determinou o surgimento e a imposição de boa parte das diretrizes do atual sistema educacional no Brasil e com estas, uma série de práticas a fim de atender as demandas do processo produtivo.

Em relação a este terceiro período que se deu a partir da década de 1960, consolidando-se com o regime militar instaurado em 1964, a retórica do

desenvolvimentismo levou o país a uma abertura econômica sem precedentes em sua história, período em que a internacionalização do capital, da cooperação multilateral, a forte influência refletida dos países ricos ditaram os rumos e os direcionamentos das políticas econômicas e sociais. Neste período, a educação passou a servir declaradamente aos pressupostos desenvolvimentistas e que se manteve pelas décadas que se seguiram. Neste sentido observam Silveira (2002) e Romanelli (2006) que

A modernização propalada a partir de 1964 e reforçada em anos posteriores trouxe para as escolas mais intensamente mecanismos de subordinação à hierarquia educacional e empresarial, principalmente na definição dos cursos, dos currículos, da formação e, mais ainda, pelo incremento dos processos de controles, vigilância e patrulhamento internos e externos às escolas e ao sistema de ensino que perduram, sob diferentes modalidades de provas e exames nacionais, ao término de cada nível ou grau de ensino ou para início de curso ou de exercício profissional. (SILVEIRA, 2002, p. 42).

A herança cultural, influenciando diretamente sobre a composição e os objetivos perseguidos pela demanda escolar, os rumos que toma a economia, criando novas necessidades de qualificação profissional, e a expansão da educação escolarizada, obedecendo à pressão desses dois fatores, compõem o quadro situacional das relações existentes entre educação e desenvolvimento. (ROMANELLI, 2006, p. 25).

O estudo e a compreensão da educação brasileira neste contexto, em especial, a partir de 1960, é fundamental para permitir situar o atual sistema de ensino no Brasil e a série de novas reformas ocorridas a partir da década de 1990 e que trouxeram novos significados e características à educação no Brasil em todos os seus níveis e modalidades.

2.2. Reestruturação Produtiva, Educação Profissional e Empreendedorismo

Com as transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas de caráter conjuntural e estrutural, questões de forte impacto social como, principalmente, o desemprego e as formas precárias de ocupação, têm sido largamente discutidas e, entendidas e compreendidas como elementos complexos que efetivamente devem ser tratados de forma sistêmica, já que, hoje, o país se apresenta com um desemprego estrutural atingindo níveis altos e com os postos de trabalhos nas empresas não acompanhando o crescimento da oferta de mão de obra.

Guedes (2003) observa que após o ciclo do desenvolvimentismo, o Brasil enfrentou um período de inflexão dos indicadores de emprego e renda a partir dos anos 80 e que teve um aprofundamento nas décadas que se seguiram, principalmente, em função dos desafios postos pela abertura comercial e financeira, pelo programa de privatizações e pelo processo de reestruturação produtiva que ganhava força no cenário empresarial. Nesse período vê-se reduzida, sobremaneira, a capacidade de geração de novas vagas no mercado de trabalho, eleva-se a rotatividade e a precarização das formas de contratação da mão-de-obra. Complementa, “[...] o segmento formal e organizado

reduz seu protagonismo na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro, que passa a crescer sob o manto da informalidade.” (GUEDES, 2003, p. 171).

Em razão das novas configurações da estrutura produtiva, houve um aumento, por exemplo, da migração das empresas para uma atuação específica em suas *core competences*¹, ou seja, seu objeto, sua atividade principal, deixando de lado atividades secundárias, abre-se, dessa forma, espaço para outras empresas, ou pessoas executarem tais atividades. Neste campo, e com uma atuação mais territorial, salienta Dowbor (2006, p. 06) que “surge igualmente com força a chamada *economia solidária*², onde aparecem sistemas de autogestão, cooperativas de nova geração, produções conveniadas de diversos tipos.”. Estas iniciativas populares atuam, muitas vezes, como parceiras das organizações empresariais. E é neste contexto que tem se destacado as iniciativas empreendedoras que geram renda e emprego nas mais diferentes classes sociais e nos mais diversos territórios.

Esse novo panorama econômico, marcado por uma diferente perspectiva do papel do estado nas proposições para combate ao desemprego, busca por desenvolvimento e distribuição de renda, apresenta-se como terreno fértil para promover e instigar o empreendedorismo nas classes trabalhadoras. Não é por acaso que testemunhamos no nosso dia-a-dia, já há algum tempo, a manifestação do interesse do poder público, da sociedade civil organizada, da sociedade empresarial por este tema. Os pequenos negócios são incentivados por diferentes formas e políticas, o que não acontecia anteriormente. Nesse sentido, Guedes (2003, p. 171) observa que “no setor estatal, em seus diferentes níveis, há um novo aparato legal voltado para microcrédito e capacitação. Até mesmo o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, tem desde 1996 um programa voltado para o financiamento de pequenos empreendedores e cooperativas.”.

O empreendedorismo é uma tendência forte em todo o mundo. Está em franca expansão no Brasil. Sua importância econômica e social já foi percebida, e agora ganha força a partir dos incentivos e políticas governamentais e também da ampla necessidade e empenho por parte das entidades de classe. Sobre este fato Dornelas observa que

No caso brasileiro, a preocupação com a criação de pequenas empresas duradouras e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos são, sem dúvida, motivos para a popularização do termo empreendedorismo, que tem recebido especial atenção por parte do governo e de entidades de classe (DORNELAS, 2001, p. 16).

¹ *Core competences*, competências essenciais ou competências estratégicas designam as competências únicas e distintivas de uma organização. Pode se referir também às atividades principais da organização (HAMEL; PRAHALAND, 1995). Está ligado ao conceito de *outsourcing* que é a transferência das atividades conhecidas como atividades meio, secundárias, e nunca as atividades fins, para uma empresa especializada. A contratação de serviços periféricos visa reduzir custos internos aproveitando o *know how* e a especialização de empresas externas que, em determinadas áreas específicas, se revelam como uma opção mais vantajosa (VARAJÃO, 2001).

² Economia solidária é entendida como um fenômeno social e compreende a organização e movimentos sociais com fins à geração de renda, distribuição de riquezas, produção e consumo a partir de sistemas de autogestão. Fundamenta-se no associativismo e no cooperativismo e envolve a administração e gerenciamento dos mecanismos de produção de forma democrática, com igualdade de direitos e de responsabilidades (DOWBOR, 2006).

Segundo pesquisa do IBGE (2003), excluindo-se o setor governamental, o número de micro e pequenas empresas no setor formal urbano somam um montante de 4,68 milhões de unidades, representando mais de 99% das empresas formais urbanas do País. Estas, por sua vez, empregam 56,1% da força de trabalho no setor formal urbano.

Já no setor rural, segundo o censo agropecuário (IBGE, 2006), existe no Brasil mais de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, estes representam 84,4% dos estabelecimentos brasileiros deste setor. Aqui, cabe uma observação importante: o empreendedorismo rural está numa crescente, assim como o agronegócio como um todo.

Segundo dados do IBGE (2003; 2006), DIEESE (2008) e CEPEA (2009), o agronegócio responde por cerca de 18 milhões de empregos diretos, o que corresponde a quase 25% da população economicamente ativa. É o setor da economia que mais tem contribuído para a formação do saldo da balança comercial do país nos últimos anos. Em 2009, as exportações do agronegócio representaram 42,5% de tudo que o país produziu e enviou para o exterior.

A importância que os empreendimentos em agronegócio têm para o país é indiscutível. Sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) apresenta uma evolução crescente desde 2006. Em 2008, o PIB brasileiro atingiu o patamar de R\$ 2,9 trilhões, sendo que deste montante, R\$ 764,6 bilhões foi gerado pelo agronegócio, ou seja, 26,46%.

Considerando os dados apresentados e observando ainda, que na economia informal as micro e pequenas empresas que empregam de 1 a 5 funcionários somam mais de 10 milhões de empreendimentos, percebe-se o quão forte e importante são os pequenos empreendimentos para a economia brasileira (IBGE, 2005).

A motivação para se abrir um negócio são as mais variadas possíveis, porém é incontestável que as restrições do mercado através do desemprego é a que mais influencia um indivíduo a abrir seu próprio negócio. Queiroz e Guedes (2008, p. 02) enfatizam isso ao dizer que

O interesse pelo tema “Empreendedorismo” têm crescido no Brasil nos últimos anos. Por vontade de concretizar uma idéia ou dificuldade de encontrar uma vaga no mercado de trabalho, muitos profissionais têm buscado a formação do próprio negócio como alternativa para atuação profissional. Diante de um mercado de trabalho que está cada vez mais restrito e competitivo, para boa parte da população economicamente ativa, só há duas alternativas possíveis: adaptar-se e empreender ou ficar à margem do mercado de trabalho.

Essas estratégias são vislumbradas hoje, como afirma Tiriba (2001), como um mecanismo mais ágil e moderno, capaz de atender às novas exigências em razão da descentralização da produção e da flexibilização das relações entre capital e trabalho. Este pensamento também é fundamentado por Dolabela (2008a, p. 29) quando afirma que “ao terem seu eixo deslocado para os pequenos negócios, as sociedades se vêm induzidas agora a formar empregadores, pessoa com uma nova atitude diante do trabalho e com uma nova visão do mundo.”.

Ao mesmo tempo em que se vê a iniciativa popular como um instrumento de combate ao desemprego, observa-se também o elevado número de falências registradas pelo SEBRAE. O despreparo dos empreendedores é considerado o principal motivo que levam ao fracasso as iniciativas empreendedoras.

Pesquisa do SEBRAE (2007) sobre os fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil, no período de 2003 a 2005, revela uma relação direta do sucesso do empreendimento com a formação e instrução do empreendedor. Quanto mais instruído o empreendedor mais chance de sucesso terá com o seu empreendimento. Nesse sentido, ganha importância enorme a educação empreendedora que tem por objetivo desenvolver, justamente, um perfil empreendedor que comporte os conhecimentos, atitudes e comportamentos que favorecem o profissional na sua atividade econômica e social.

Frigotto (2004), sobre essa relação entre trabalho e educação, evidencia que o sistema educacional deveria formar cidadãos capazes de se estabelecer e se adaptar ao sistema produtivo vigente, através de uma formação básica inicial e posteriormente uma formação específica profissional com abertura para a progressão dos estudos. Neste contexto, o sistema educacional se encontra às cegas, não consegue estabelecer um direcionamento de suas ações em razão do dinamismo que marcam os novos tempos. A educação profissional, alternativa estratégica para as questões de mercado tem perdido a cada dia este caráter. Segundo Frigotto (2001, p. 26),

A crise do trabalho assalariado, entendida como o aumento exponencial do desemprego estrutural e precarização do trabalho, constitui-se num dos problemas políticos e psicossociais mais agudos da história humana e, ao mesmo tempo, explicita uma das contradições mais profundas deste fim de século. A classe trabalhadora que sempre lutou pela redução da jornada de trabalho e liberação do tempo livre empenha-se, hoje, desesperadamente para manter-se empregada mesmo às custas da perda de direitos duramente conquistados [...].

.....
[...] A duração do tempo médio de desemprego vem aumentando. A idade média de ingresso no mercado, igualmente, vem subindo.

Ainda segundo Frigotto (2001), os processos educativos e formativos, que ao mesmo tempo são constituídos e constituintes das relações sociais, no contexto atual indicado, passam por uma ressignificação no campo das concepções e das políticas. Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade.

Em um dos seus trabalhos Ciavatta (2001, p. 101) faz o seguinte questionamento: “O que significa preparar para o trabalho em um mundo como este? Que conhecimentos, para que trabalho?” referindo-se a incerteza que marca os novos tempos. Concluindo sua reflexão sobre a educação para o trabalho, salienta que vivemos em um mundo de paradigmas, por um lado vê-se numa ascendente a produção do conhecimento e por outro, a incerteza sobre a própria sobrevivência. Todo o

conhecimento adquirido numa formação parece ser irrelevante mediante todo o pragmatismo desse novo cenário.

Ciavatta (2001) reflete sobre o desenvolvimento do ensino profissional ao argumentar sobre o novo perfil do trabalhador. Sua formação não deve ater-se às questões técnicas e tecnológicas, deve fundamentar-se em uma qualificação abrangente que inclua a capacidade de análise e crítica, responsabilidade social, a capacidade de reação e interação com o meio. Diminuindo, dessa forma, a susceptibilidade do profissional às nuances do mercado. Assim considerando, a adaptação e a compreensão dos novos paradigmas apresentam-se como um importante diferencial, uma vantagem competitiva e prioritária neste novo contexto.

Dolabela (2008a) confirma o exposto e, em uma explanação sobre o perfil do trabalhador contemporâneo, diz ser este, extremamente dependente. Ele depende que alguém crie um trabalho para ele. É um profissional que, mesmo tendo conhecimento de uma tecnologia, não tem uma percepção clara de sua aplicação. Complementa:

[...] despreparado para interpretar o mercado e identificar oportunidades, ele talvez ainda não tenha compreendido que mais importante do que saber fazer é criar o que fazer, é conhecer a cadeia produtiva, os meandros do negócio. Sem a capacidade de interpretar o mercado e conhecer o setor em que pretende atuar, não poderá identificar e aproveitar oportunidades.

.....
[...] ele deve aprender a lidar com conteúdos não abordados na nossa escola, monopolizada por temas acadêmicos: entender o mundo que existe além da porta da rua, aprender a lidar com a sua complexidade socioeconômica, e entender a sua dependência dos fatores políticos. Ele deve saber transformar necessidades em especificações técnicas. Em síntese, saber transformar conhecimento em riqueza. (DOLABELA, 2008a, p. 13).

Diante do exposto, são muitos os desafios da educação profissionalizante nos dias atuais, exige-se uma formação profissional diferenciada. O profissional deverá possuir atributos muito além da bagagem técnica. Não basta apenas formar profissionais para atuarem em determinadas áreas. É preciso educar profissionalmente o cidadão para diferentes perspectivas. Este contexto não suporta as metodologias convencionais do sistema educacional brasileiro – especificadamente, do ensino profissionalizante que, entendido como alternativa, não tem se apresentado convincente diante dos desafios deste novo cenário. Sua concepção e diretrizes devem, de fato, serem repensadas, assim como as diferentes estratégias e práticas educativas aplicadas nos processos de ensino-aprendizagem direcionados à formação e desenvolvimento dos saberes técnicos e tecnológicos na educação profissionalizante. Dessa forma, será possível dar início a uma nova trajetória e enxergar novas perspectivas em relação à educação profissional no país.

2.3. A Formação Empreendedora

2.3.1. Empreendedorismo: conceituação e importância

O empreendedorismo é um tema que, nas últimas décadas, tem sido objeto de intenso estudo e pesquisa, presente nas principais discussões sociais, políticas e econômicas do mundo. Dolabela (2008b) observa que isso se deve à importância que este assumiu no atual cenário e que pode ser explicada pela sua contribuição para o desenvolvimento político, econômico e social. O empreendedorismo funciona como um importante fator de equilíbrio econômico, de geração de empregos, de inovação, de dinamismo no mercado e na sociedade. Ao empreendedor tem sido imputado a responsabilidade pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social.

Dolabela (2008a) aponta que os relatórios do GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*³ indicam que o empreendedorismo apresenta-se como o principal fator de desenvolvimento econômico de um país. O GEM realiza anualmente a mais abrangente pesquisa sobre empreendedorismo que envolve um grande número de nações e que têm demonstrado de forma contínua essa acentuada relação entre a característica, cultura e capacidade empreendedora de um país e o seu grau de desenvolvimento econômico e também social.

O empreendedorismo tem sido entendido como uma alternativa a mais frente às grandes questões econômicas e também sociais que assolam o mundo contemporâneo, como o desequilíbrio econômico, recessões, geração e distribuição de renda, desenvolvimento humano, qualidade de vida e, principalmente, em função das recentes reestruturações produtivas e dos novos paradigmas econômicos, o desemprego.

Todavia, Dolabela (2003, p. 21) alerta que “a necessidade de aumentar a capacidade empreendedora não é apenas resposta à retração atual do nível de emprego – verdadeira -, mas decorrência direta de novos padrões de relações sociais e políticas que incluem o mercado, mas não se limitam a ele”.

Nesta perspectiva mais abrangente de empreendedorismo, Franco (2000 apud Dolabela, 2003, p. 32) salienta que

Empreendedorismo significa protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e das comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento pela cooperação entre os diversos âmbitos político-sociais que a caracterizam. Em poucas palavras: assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino. Aqui, estão embutidos dois conceitos importantes: a capacidade da comunidade de tornar dinâmicas as suas potencialidades e a localidade como palco do desenvolvimento, isto é, como espaço para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação.

O termo empreendedorismo deriva de uma livre tradução da palavra “*entrepreneurship*” que está relacionada às idéias de iniciativa e inovação, “é um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar.” (DOLABELA, 2008b, p. 24). Hoje, é utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação.

³ O Global Entrepreneurship Monitor – GEM – trata-se de um projeto sem fins lucrativos que através de um consórcio de pesquisa acadêmica liderada pela London Business School e o Babson College (EUA) objetiva realizar levantamentos de âmbito internacional sobre a atividade empreendedora. O GEM disponibiliza para a sociedade o maior estudo independente do mundo sobre a atividade empreendedora em diferentes países (GEM, 2005).

Schumpeter (1985) associa o empreendedor ao conceito de inovação e ao desenvolvimento econômico e observa que a percepção de oportunidade e a criação de alternativas por meio de inovações é feita pelos indivíduos que possuem uma visão mais abrangente e objetiva das coisas. Complementa dizendo que o empreendedor é uma força-motriz que impulsiona grandes fenômenos significativos.

Para Drucker (1985, p. 25), “a inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o meio pelo qual eles exploram a mudança como oportunidade de um negócio diferente ou serviço diferente.”.

Para Fillion (1991, p. 38), o empreendedor

é pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém um alto nível de consciência do ambiente em que vive usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor.

Dolabela (2008b) destaca que é possível empreender de diferentes maneiras, não necessariamente apenas criando uma unidade de negócio. Também pode ser considerado empreendedor aquela pessoa que adquire uma empresa e introduz inovações, assume os riscos envolvidos, quer sejam na forma de gerir o negócio, de produzir, vender, promover seus produtos e/ou serviços ou agregar novos valores aos mesmos. Pode ser o empregado que introduz inovações na organização em que trabalha – o intra-empreendedorismo –, provocando o surgimento de valores adicionais.

É preciso destacar que o empreendedorismo assume outras formas, não somente o empreendedorismo empresarial ou corporativo – mais conhecido. Há, por exemplo, uma crescente popularização do empreendedorismo social que refere-se às iniciativas empreendedoras voltadas às causas sociais. Difere do empreendedorismo tradicional, pois este busca maximizar retornos sociais ao invés do lucro. O empreendedorismo social está inserido num novo paradigma da economia, a socioeconomia solidária. Baseia-se na cooperatividade, é centrado no desenvolvimento autônomo, autogestionário de cada pessoa, comunidade e nação. Evidencia a sustentabilidade, o respeito ao meio, apóia-se na dimensão indivíduo-grupo-coletividade-comunidade-sociedade e tem os membros da comunidade como os principais agentes ou sujeitos do desenvolvimento.

Nesse sentido, o empreendedor social atua como um agente de transformação. Ele reconhece os problemas sociais e busca soluções utilizando-se de estratégias de intervenção baseadas no mercado como a combinação de práticas, conhecimentos e inovação, a criação de novos procedimentos e serviços, a realização de parcerias, o planejamento de formas/meios de auto - sustentabilidade dos projetos dentre outras atividades de caráter empreendedoras (MELO NETO; FRÓES, 2002).

Dolabela confirma o exposto e abrange esta perspectiva ao observar que

Empreender não significa apenas criar novas propostas, inventar novos produtos ou processos, produzir novas teorias, engendrar melhores concepções de representação da realidade ou tecnologias sociais. Empreender significa modificar a realidade para dela obter a

auto-realização e oferecer valores positivos para a coletividade (DOLABELA, 2003, p. 29).

O empreendedor é um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros. É alguém que prefere seguir caminhos não percorridos, que define a partir do indefinido, acredita que seus atos podem gerar consequências. Em suma, alguém que acredita que pode alterar o mundo. É protagonista e autor de si mesmo e, principalmente, da comunidade em que vive. Abrir empresas, ou empreendedorismo empresarial, é uma das infindáveis formas de empreender. Podem ser empreendedores também o pesquisador, o funcionário público, o empregado de empresas. Podem e devem ser empreendedores os políticos e governantes. As ONGs e o terceiro setor estão repletos de empreendedores (DOLABELA, 2008b, p. 24).

2.3.2. O Ensino de empreendedorismo no Brasil

Apesar da atividade empreendedora não ser algo novo ou incomum para o brasileiro, não se pode afirmar o mesmo sobre o ensino de empreendedorismo no Brasil, ainda incipiente. Segundo Dolabela (2008a), o primeiro trabalho organizado para o ensino de empreendedorismo que se tem notícia data de 1981, realizado pela escola de administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV, em São Paulo. De lá prá cá, se observou outros desenvolvimentos isolados dos quais podemos citar a USP – Universidade de São Paulo em 1984, com a introdução de uma disciplina que versava sobre a criação de empresas; a FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1992, com a ENE – Escola de Novos Empreendedores e a Efei – Escola Federal de Engenharia de Itajubá.

O ensino de empreendedorismo no Brasil ganhou importância e força com a inserção e atuação do SEBRAE como agente estimulador. Entre suas ações estava o apoio à criação de grupos de estudo e pesquisa sobre empreendedorismo e, a partir do final da década de 1990, o forte investimento no conceito junto às micro e pequenas empresas. Neste período surgem projetos de destaque como o *Empretec*⁴, o *Aprender a Empreender*⁵, o *Saber Empreender*⁶, entre outros. Estas soluções educacionais acabaram se disseminando pelo sistema “S” impulsionadas pelas políticas públicas de inclusão social a partir da profissionalização e qualificação de trabalhadores.

Outro impulso foi dado pelo CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico através do Programa Softex que tinha por finalidade estimular a exportação do software brasileiro. Em função do programa, são implantados projetos

⁴ O *Empretec* é um programa voltado a empresários e futuros empreendedores e tem por objetivo estimular e desenvolver características e comportamentos empreendedores. O programa foi desenvolvido pela ONU - Organização das Nações Unidas – e no Brasil, é organizado e oferecido pelo SEBRAE (SEBRAE, 2009).

⁵ O *Aprender a empreender* é um curso organizado e oferecido pelo SEBRAE que permite aos empreendedores e aos empresários formais e informais interação com conceitos básicos de empreendedorismo, mercado e finanças (Ibid.).

⁶ O *Saber Empreender* é um curso presencial de nível intermediário que envolve técnicas, vivências e exercícios práticos. Tem por objetivo proporcionar aos participantes o entendimento da visão empreendedora e suas implicações no cotidiano da micro e pequena empresa (Ibid.).

de incubação e de desenvolvimento do ensino de empreendedorismo na área de informática. Os resultados positivos da proposta se espalharam pelas faculdades e universidades do país, extrapolando a área de informática.

Na rede regular de ensino, o empreendedorismo ganhou terreno com as reformas educacionais ocorridas a partir de 1996 com a lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e com a promulgação de outros instrumentos legais que dispõem sobre a educação profissional, como o decreto 2.208 de 1997 que dispunha claramente em seu texto a relação da educação profissional com as demandas do mundo do trabalho. Posteriormente, esse decreto foi revogado com a promulgação do decreto 5.154 de 2004 (BRASIL, 1996, 1997, 2004, 2006).

Do exposto, percebe-se de forma evidente que está implícita as propostas de educação para o empreendedorismo em todos os níveis e modalidades de ensino e que, também, são evidenciadas em outras ações governamentais como o decreto 5.840 de 2006 (que regulamenta a formação de jovens e adultos trabalhadores na Educação Profissional) e contempladas em projetos sócio-educativos como “empreendedorismo juvenil” - vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Vinculado ao MEC, observa-se o projeto Escola de Fábrica e o projeto *Jovem Empreendedor* que tinham como principal agente o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (RAMOS, 2002, 2005).

Desconsiderando as posições de caráter ideológico sobre o tema, é inegável que o empreendedorismo assume uma posição de destaque na educação profissional contemporânea. Acolhe boa parte das questões genéricas que envolvem a educação profissional. Devendo estar implícito nesta, estruturando-a, complementando-a e contextualizando-a.

Diferentemente de outros ramos do conhecimento, o empreendedorismo não possui uma estrutura reconhecida, uma base organizada de trabalho, nem mesmo possui, como abordagem, uma vinculação direta a alguma ciência. Esse fato dificultou em muito o reconhecimento e a inserção do ensino de empreendedorismo no meio acadêmico. Todavia, acaba por ser este, também, um fator positivo, já que os diversos campos da ciência, a partir da percepção de sua importância social podem apoderar-se dessa abordagem e trabalhá-la conforme suas necessidades. Tal orientação é observada por Dolabela (2008a) que relata que

Após a década de 1980, o empreendedorismo expandiu-se consideravelmente e passou a interessar a várias ciências humanas e gerenciais. Os primeiros doutores na área surgiram nessa mesma década e, sendo provenientes de outras áreas, fizeram com que a pesquisa em empreendedorismo tivesse um desenvolvimento singular, uma vez que cada qual utilizava a cultura, a metodologia e a lógica de seu campo de estudo original. (DOLABELA, 2008a, p. 70).

Em razão de sua condição diferenciada, e também pelas circunstâncias que permearam seu desenvolvimento e sua concepção, o ensino de empreendedorismo sempre foi uma questão muito nebulosa. Em muitos momentos chegou-se a questionar a possibilidade de se ensinar empreendedorismo. Afinal, o que denota um empreendedor são, principalmente, características comportamentais e não apenas o conhecimento científico e o saber técnico.

Neste sentido, emerge uma questão importante, como pode se dar a formação empreendedora? E, é realmente possível ensinar as pessoas a serem empreendedoras? Como? E, em que condições? O Que se deve ensinar propriamente?

Dolabela (2008a, p. 73) observa que “há concordância entre os estudiosos sobre ser possível aprender a ser empreendedor, o que abre grandes avenidas para a educação empreendedora”. Todavia, é uma forma de ensino-aprendizagem diferenciada, incomum ao sistema convencional. Nesse sentido, em outro trabalho afirma que

não é possível transferir conhecimentos empreendedores – ao contrário do que acontece, por exemplo, em uma aula de geografia, porque o empreendedorismo não é um conteúdo cognitivo convencional. Nesse sentido, não é possível ensinar, mas é possível aprender a ser empreendedor, desde que por meio de um sistema bastante diferente do ensino tradicional. (DOLABELA, 2008b, p. 24).

Dolabela (2008a) e outros importantes autores partilham da idéia que a formação empreendedora envolve conhecimentos, competências e habilidades que podem ser aprendidas e desenvolvidas. Necessita, entretanto, de propostas e estruturas educacionais diferenciadas, pois busca-se o desenvolvimento de competências traduzidas em características e atitudes comportamentais que beneficiarão o indivíduo empreendedor nas diferentes situações que confrontará no mundo do trabalho. Significa, na verdade, uma rejeição parcial das propostas do sistema convencional de ensino, uma quebra de paradigmas.

Nessa direção, Dolabela (2008a) observa que uma proposta de educação empreendedora deve reconhecer que todo ser humano possui características empreendedoras, em maior ou menor grau. Porém, nem sempre estão afloradas ou manifestam-se continuamente, é situacional. Elas fluem espontaneamente, se manifestam, se fortalecem à medida que se busca, que se dedica e se convergem esforços ao objetivo empreendedor. Dessa forma,

A tarefa da pedagogia empreendedora não é ensinar. É criar um ambiente “cultural” em que o aluno, de forma auto-suficiente, perceba como positivos e desenvolva valores empreendedores e aprende sobre si mesmo e sobre o outro, e aprenda a utilizar ferramentas e instrumentos. (DOLABELA, 2008a, p. 294).

Assim, o “ensino” para o desenvolvimento do saber empreendedor não é constituído pela transferência de conhecimentos, mas pela indução à prática, pela criação de condições para que o aluno possa desenvolver sua capacidade de aprender sobre o ambiente do seu sonho e de criar estratégias para a sua realização, identificando e aproveitando oportunidades. (DOLABELA, 2003, p. 92).

Gibb (1991) compactua com esse raciocínio e observa que o empreendedor aprende solucionando problemas, fazendo sob pressão, interagindo com os pares e outras pessoas, através de trocas com o ambiente, aproveitando oportunidades, tomando

outros empreendedores como modelos e também pelos próprios erros. Ou seja, pela sua vivência e experimentação.

A aprendizagem empreendedora envolve a interação de diferentes cenários, em diferentes perspectivas. Assim sendo, são igualmente importantes os aspectos relacionados ao mercado, como às questões pessoais, experiências de vida, formação e orientação educacional e familiar, comunidade, dentre outros.

No ensino convencional, o que foi ensinado em um período letivo é dado como sabido. Na série seguinte, feita a recapitulação, é apresentado um novo conteúdo. Não se dá o mesmo na pedagogia empreendedora, na qual o foco do aprendizado são as relações que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com o mundo, havendo portanto mudança contínua dos conteúdos e também, e principalmente, do próprio ser do aluno no processo de construção do conhecimento. (DOLABELA, 2003, p. 97).

Em outro trabalho, Dolabela (2008a, p. 293) complementa observando que “a educação empreendedora deve fundamentar-se na intensa conexão e cooperação com as forças vivas da sociedade [...]. O laboratório de aprendizado do empreendedor é a comunidade, o mercado, as relações sociais.”

2.3.3. Competências e habilidades empreendedoras

Em sua trajetória, o sistema educacional brasileiro sempre recebeu grande influência dos modelos de ensino emergidos na Europa. Entre tantos modelos, o ensino baseado em competências é um dos que mais tem influenciado, nas últimas décadas, a educação profissional desenvolvida no Brasil, principalmente na esfera pública, através das instituições de ensino profissionalizante.

O ensino por competências não é algo novo. Seu nascedouro pode ser vislumbrado junto a um movimento reformista da ciência que, pondera sobre importantes questões como: a condição do homem frente aos desafios dos novos tempos, a dinâmica social, as crises do mundo contemporâneo, o distanciamento entre o individual e o social, as rápidas mudanças e incertezas quanto ao futuro. Condições que pressionam e tencionam à necessidade de se trabalhar e repensar o esquema mental e cognitivo de lidar com as coisas. Entre os diversos autores que tecem sobre o tema podemos citar Edgar Morin (1977), Philippe Perrenoud (1988), Monica Thurler, Ivani Fazenda, Gaudêncio Frigotto, dentre outros.

As novas propostas partem do pressuposto que ensinar deve envolver o tratamento não só de conhecimentos, informação, mas sobretudo, de competências, culturas que promovam o desenvolvimento de mentes capacitadas à distinção, contextualização, preparadas para responder aos problemas e desafios impostos pela crescente complexidade dos problemas humanos, das incertezas, buscando a promoção e fomento de inteligências estratégicas.

Sobre esta postura em relação ao conhecimento científico, e em consequência, da educação e do ensino, Machado (2002, p. 139) discorre que

Hoje, parece mais claro que o desenvolvimento científico não pode ser considerado de forma desvinculada do projeto a que serve, que ele se realiza em um cenário de valores socialmente acordados. As ciências precisam servir às pessoas e a organização da escola deve visar, primordialmente, ao desenvolvimento das competências pessoais. As ciências não são um fim em si, nem podem ser consideradas um obstáculo ao desenvolvimento pessoal, mas precisam ser vistas na perspectiva de meios, de instrumentos para a realização dos projetos pessoais.

Os primeiros desenvolvimentos relacionados à competências se deu na década de 1960, a partir de trabalhos de diferentes autores que discutiam temas ligados à educação, trabalho e contemporaneidade. Entre esses autores, de diferentes correntes, podemos destacar B.S. Bloom, R.F. Mager, David McClelland, Gérard Malglaive, Phillippe Zarifian, dentre outros. Essas discussões iniciais tencionaram para o desenvolvimento da pedagogia das competências e sua evolução ao longo dos últimos anos (RAMOS, 2001).

A “pedagogia das competências” foi a mola mestra de uma grande reestruturação de sistemas de educação na Europa em meados de 1980. Na educação profissional, tais reformas tinham como objetivo adequar a formação profissional à nova dinâmica da sociedade, da economia e do trabalho. No Brasil, a partir da década de 1990, se torna significativa a influência do ensino por competência.

Segundo Ramos (2001), tais reformas educacionais, realizadas em grande parte da Europa e em alguns países latino-americanos, têm-se justificado pela necessidade de adequar a educação às demandas do mundo contemporâneo, tomando-se como base pressupostos e teorias psicológicas. Nesse sentido, se observa uma forte adesão a uma concepção construtivista de aprendizagem, na qual possui grande importância as idéias de memorização compreensiva, funcionalidade do conhecimento e aprendizagem significativa.

O conceito de competência está relacionado a saber fazer algo de forma correta ou coerente. O que acaba por envolver, habilidade, presteza e conhecimento.

Ferreira (1999, p. 512) apresenta o conceito de competência como sendo “[...] a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade”.

Perrenoud (1999), por sua vez, apresenta a competência como uma capacidade de agir eficazmente em uma determinada situação, essa capacidade estaria apoiada em conhecimentos, porém não se limitaria a eles.

Já Machado (2002, p. 145), observa que “uma competência está sempre associada a uma mobilização de saberes. Não é um conhecimento “acumulado”, mas a virtualização de uma ação, a capacidade de recorrer ao que se sabe para realizar o que se deseja, o que se projeta.”.

Corroborando para essa noção de competência, Allessandrini (2002, p. 164) observa que

refere-se à capacidade de compreender uma determinada situação e reagir adequadamente frente a ela, ou seja, estabelecendo uma avaliação dessa situação de forma proporcionalmente justa para com a necessidade que ela sugerir a fim de atuar da melhor maneira possível.

Os diferentes conceitos apontam para a manifestação da competência a partir da expressão de habilidades, aptidões ou capacidades relacionadas à mesma. Segundo Machado (2002, p. 145), “um feixe de habilidades, referidas a contextos mais específicos, caracteriza a competência no âmbito prefigurado; é como se as habilidades fossem microcompetências, ou como se as competências fossem macro-habilidades”. Nesta mesma linha, observa Alessandrini que a competência sendo acionada para resolver situações-problema manifesta-se em um conjunto, por meio da articulação de diversas habilidades, o autor observa que

De certa forma, a competência implica uma certa concorrência entre diferentes elementos presentes em uma situação-problema, por exemplo, e pode manifestar-se por intermédio da aptidão para resolvê-los, ou seja, de habilidades que expressam a capacidade que o indivíduo possui para encontrar uma solução para a questão que se apresenta a ele. (ALLESSANDRINI, 2002, p. 164).

De modo geral, os diferentes conceitos de competência acabam por direcionar a uma questão comum que seria a análise e solução de problemas a partir de determinadas habilidades e conhecimentos – competências. O que nos leva a uma percepção da importância que se tem do externo, o contexto, as diferentes variáveis do meio, as contingências, e que devem ser observadas nas diferentes ações e tomadas de decisões, ou seja, a questão da aprendizagem e a sua aplicação.

Na educação profissional, ganha importância a questão do contexto de aplicação e as teias de relações entre organizações e pessoas. Dessa forma, o conjunto de competências posto em ação em uma situação concreta de trabalho, deve permitir a articulação dos vários saberes, sejam práticos, teóricos, desenvolvidos de maneira formal, ou informal, para que se possa resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, dinamismo, desafios. A mobilização da inteligência para fazer face aos desafios do trabalho constituem características das competências de natureza profissional.

Uma formação profissional que vise ao universo do trabalho, tal como hoje se configura, deve necessariamente situar no foco das atenções algo que não é novo, que sempre existiu, mas que produzia seus efeitos de modo coadjuvante ou colateral: as competências básicas a serem desenvolvidas dizem respeito à formação pessoal, às capacidades pessoais que transcendem os temas estudados, que sobrevivem às transformações cada vez mais rápidas nos cenários dos equipamentos e da produção material. (MACHADO, 2002, p. 152).

Do exposto, é impossível desconsiderar a importância que as competências empreendedoras assumem no contexto da educação profissional. Justamente por envolverem um foco diferenciado em relação ao mercado de trabalho. As competências empreendedoras concentram-se no dinamismo da economia contemporânea, nas questões relacionadas à geração de renda e à empregabilidade, às reestruturações produtivas, à territorialidade, ao desenvolvimento comunitário, aos arranjos produtivos

locais.

Nesse sentido, existem competências associadas a posturas empreendedoras que auxiliam na construção e manutenção de redes de relações sociais e organizacionais, ao senso de identificação de oportunidades, às habilidades conceituais, à capacidade de gestão, ao posicionamento em cenários conjunturais altamente voláteis, ao comprometimento com interesses individuais e também coletivos.

A acumulação flexível, enquanto novo meio de organização da produção, somada aos processos de globalização trouxeram grande abalo ao mercado de trabalho e tencionam as organizações e a sociedade à novos arranjos. As competências empreendedoras nasceram a partir da compreensão que os novos tempos pedem medidas diferenciadas em relação à formação profissional, comportam as necessidades organizacionais e também questões sociais importantes, como geração de renda e empregabilidade.

Machado (2002, p. 151) destaca que a formação escolar relacionada a educação profissional deve prover as pessoas de competências básicas como:

a capacidade de mobilização de esquemas de ação progressivamente mais complexos e significativos nos mais diferentes contextos; a capacidade de construção de mapas de relevância das informações disponíveis, tendo em vista a tomada de decisões, a solução de problemas ou o alcance de objetivos previamente trabalhados; a capacidade de colaborar, de trabalhar em equipe e, sobretudo, a capacidade de projetar o novo, de criar em um cenário de problemas, valores e circunstâncias no qual somos lançados e no qual devemos agir solidariamente.

As abordagens relacionadas à competências empreendedoras ainda é algo novo, poucos autores se lançaram à questão. Em muitos momentos, as definições são distorcidas e se confundem com outras competências profissionais. Os primeiros trabalhos que discriminam competências empreendedora datam do início da década de 1990. Snell e Lau (1994 apud Honma, 2007, p. 34) definiram o conceito de competência empreendedora como :

corpo de conhecimento, área ou habilidade, qualidades pessoais ou características, atitudes ou visões, motivações ou direcionamentos, que podem, de diferentes formas, contribuir para o pensamento ou ação efetiva do negócio e gerenciamento. A arte de criar e gerenciar um pequeno negócio é relacionada ao plano de vida do empreendedor, aos valores e à sua característica pessoal e isto é refletido na liberdade desta definição.

Segundo Paiva Jr. et al (2006) as competências empreendedoras são aquelas que refletem ações consideradas eficazes do dirigente de perfil empreendedor. Por sua vez, Dolabela (2003) define competência empreendedora como sendo a aptidão de mobilizar habilidades como: conceito de si e espaço de si, rede de relações, conhecimento do ambiente, liderança e energia para a realização de seus propósitos.

Man e Lau (2000 apud Mello et al, 2006), concebem as competências empreendedoras em seis áreas distintas de comportamento: oportunidade,

relacionamento, conceituais, administrativas, estratégicas e comprometimento.

A partir de uma pesquisa sobre competências empreendedoras realizada com dirigentes de empresas brasileiras de médio e grande porte sediadas no eixo Rio-São Paulo, Mello et al (2006) conceituaram uma nova dimensão de competência denominada competência de equilíbrio trabalho/vida que incluía aspectos bem particulares do indivíduo como a administração do estresse e a percepção prazerosa quanto ao trabalho.

As dimensões da competência de Man e Lau (2000) e de Mello et al (2006) são descritas no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Dimensões da Competência Empreendedora

Dimensões da competência	Definições
Competência de Oportunidade	Envolve o reconhecimento de oportunidades de negócios e pode ser amplamente dividida em três conglomerados: identificação, avaliação e busca de oportunidade de mercado. Tais aglomerados sugerem que um empreendedor deve estar apto a identificar os cenários favoráveis aos objetivos organizacionais e atuar sobre as chances potenciais de negócios por meio da sua avaliação, de modo a transformá-las em situações positivas.
Competência de Relacionamento	A atração de novos recursos demanda do empreendedor a capacidade de criação e fortalecimento de uma imagem de confiança, boa reputação, capacidades no setor, compromisso e conduta junto a redes de relacionamentos com parceiros efetivos e potenciais .
Competências conceituais	Um empreendedor eficiente deve ter capacidade de avaliar situações de risco que surgem em decorrência de suas ações em qualquer dos ambientes. Ao ponderar que os empreendedores são hábeis observadores, tanto das oportunidades do ambiente externo quanto dos aspectos internos da organização, cabe reconhecer que eles driblam etapas normais do processo decisório e desenvolvem ações velozes e intuitivas .
Competências administrativas	A competência administrativa se refere à eficiente alocação de talentos, recursos físicos, financeiros e tecnológicos. Esse processo se desdobra em mecanismos de planejamento, organização, comando, motivação, delegação e controle. Deste modo, quando os recursos como fundos, parcerias e empregados não estão disponíveis na empresa, os empreendedores necessitam captá-los no ambiente de negócio de modo a fortalecer as potencialidades de sua empresa.
Competências estratégicas	Estão relacionadas à escolha e implementação das estratégias da Empresa. Constituem uma área especial de comportamento empreendedor. Os empreendedores eficazes tanto visualizam panoramas de longo prazo como também planejam objetivos e posicionamentos de médio prazo alcançáveis e realistas. Eles devem estar aptos a perceber tendências emergentes no ambiente, sintonizar-se com informações diversas e conseguir ajustar suas percepções na direção das forças ambientais.
Competências de comprometimento	As competências de comprometimento são as que demandam a habilidade de manter a dedicação do dirigente ao negócio, sobretudo em situações adversas. Tal compromisso pode também ser ilustrado pela devoção ao trabalho árduo e pelo desejo de alcançar objetivos de longo

	prazo em detrimento dos ganhos de curto prazo. Ao lado disso, deve haver a capacidade de recomeçar a atividade empresarial, mesmo após situações de insucesso, ou a disposição de não abandonar o negócio no seu período de crescimento, mesmo na ocorrência de crises setoriais.
Competências de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal	O estudo realizado por Friedman, Christesen e Degroot (1998) constata que um crescente número de dirigentes atuam sob o pressuposto do equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal. Eles declaram que tais instâncias são complementares, e não concorrentes, em termos de prioridades. Esta postura é reconhecida pelos autores como filosofia <i>ganha-ganha</i> , repercutindo-se tanto na organização como na vida pessoal dos seus colaboradores.

Fonte: Adaptado a partir de Mello et al (2006, p. 50)

Já Cooley (1990 apud Honma, 2007) apresenta um modelo de competências que foi revisado e adaptado do modelo de competências de McClelland. Este modelo de

Cooley é utilizado atualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e, no Brasil, é utilizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, em programas de capacitação de empreendedores.

O modelo de Cooley é composto por 10 competências que são elencadas a seguir:

- Busca de oportunidade e iniciativa
- Persistência
- Comprometimento
- Exigência de qualidade e eficiência
- Correr riscos calculados
- Estabelecimento de metas
- Busca de informações
- Planejamento e monitoramento sistemáticos
- Persuasão e rede de contatos
- Independência e autoconfiança

Dolabela (2003, p. 58), sugere em seu trabalho *a pedagogia empreendedora* um conjunto de competências do empreendedor de sucesso e que ele apresenta também como comportamentos consagrados, são elas:

- Perseverança
- Iniciativa
- Criatividade
- Protagonismo
- Energia

- Rebelia a padrões impostos
- Capacidade de diferenciar-se
- Comprometimento
- Capacidade incomum de trabalho
- Liderança
- Orientação para o futuro
- Imaginação
- Proatividade: define o que deve aprender a partir do que se deseja fazer
- Tolerância a riscos moderados
- Alta tolerância a ambigüidades e incertezas

De um modo geral, os conceitos e as diferentes competências empreendedoras apresentadas convergem para algumas características e comportamentos que se destacam nos indivíduos frente a algumas situações próprias no mercado de trabalho. Se apresentam sob a forma de diferentes traços de personalidade, habilidades e conhecimentos, que se refletem numa atitude e postura empreendedora. As competências podem existir em maior ou menor grau nas pessoas e são elementos que podem ser promovidos e desenvolvidos pelo ensino e influenciados pela experiência de vida.

As competências empreendedoras condicionam à percepção e identificação de oportunidades, à avaliação e solução de problemas, ao posicionamento em diferentes cenários, ao desenvolvimento e administração de redes de relacionamento que envolve tanto as organizações como pessoas, comprometimento com interesses individuais e da organização, dentre outros desenvolvimentos.

Para o estudo em questão, envolvendo os egressos do curso técnico em agropecuária, foram observados os diferentes conceitos de competências empreendedoras, e os modelos desenvolvidos por Cooley (1990), Man e Lau (2000) e também o conjunto de competências sugerido por Dolabela (2003). A partir dessas referências maiores, foi organizado um modelo que leva em consideração, as características econômico-sociais e o aparato político-institucional da região norte do estado de Minas Gerais.

A observação destes elementos é extremamente importante para que o perfil empreendedor analisado – quando confrontado com a dinâmica da economia regional e os arranjos produtivos locais – sejam aqueles que realmente estejam de acordo com as necessidades, peculiaridades e características próprias deste mercado. Todavia, sem desconsiderar ou ignorar os limites e possibilidades regionais relacionados, principalmente com o capital humano e as condições de vida e trabalho.

Dessa forma, apresentamos o modelo que será utilizado na pesquisa que compõe-se de oito competências empreendedoras conforme figura 1.



Figura 1 - Competências propostas para o estudo junto aos egressos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Para um melhor esclarecimento quanto às competências propostas, apresentamos a seguir um quadro que dispõe das competências e sua correspondente definição e caracterização. Também são apresentados os autores que influenciaram na definição de cada uma das competências mencionadas.

Quadro 2 – Competências propostas para o estudo

Competências Propostas	Caracterização
Relações interpessoais	Esta competência refere-se a capacidade de trabalhar em equipe e também de desenvolver e mantém redes de relacionamento seja entre pessoas ou mesmo organizações. Como referência para esta têm-se Cooley (1990) e Man e Lau (2000)
Criatividade	Está relacionada à constante busca por coisas novas e/ou mais eficientes, sejam modelos de gestão, produtos, serviços. Vive-se em uma constante de intento de criação, recriação e inovação. Cooley (1990) e Dolabela (2003).
Flexibilidade e adaptabilidade	Está ligada à capacidade de desvencilhar-se de dogmas, costumes e comportamentos incorporados e à aprendizagem e aquisição de novas estruturas comportamentais e técnicas conforme as contingências ambientais. Envolve também a capacidade de não conformar-se, mas de engendrar esforços para adaptação às circunstâncias, ambientes e pessoas. Cooley (1990) e Dolabela (2003).
Iniciativa	Relaciona-se com independência. Caracteriza-se pelo incômodo em depender de outros quando se pode realizar. É a atitude de procurar meios, soluções, alternativas sem esperar por iniciativa de terceiros. Man e Lau (2000) e Dolabela (2003).
Assunção e avaliação de riscos	Refere-se à capacidade de arriscar nos negócios, de assumir riscos nas atividades profissionais. Entretanto, relaciona-se também com a percepção da importância de avaliar cuidadosamente os prós e contras de uma tomada de decisão a partir de levantamentos e pesquisas. Cooley (1990), Man e Lau (2000) e Dolabela (2003).
Perseverança	Está relacionada a capacidade de não desistir facilmente de um objetivo. Mesmo diante de dificuldades, fracassos e posições contrárias, insiste em seu propósito. Cooley (1990), Man e Lau (2000) e Dolabela (2003).
Senso de oportunidade	Relaciona-se com a contínua atenção às oportunidades no mercado. Ao vislumbrar uma oportunidade de negócio, estuda-se detalhadamente a mesma verificando se esta é realmente viável. Cooley (1990) e Man e Lau (2000)
Liderança	Gosto e iniciativa de liderar. Refere-se ao comportamento de assumir, quando necessário, o papel de líder e orientar o grupo. Não esquivar-se de uma responsabilidade frente a um grupo ou organização. Man e Lau (2000) e Dolabela (2003).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Para formação desse conjunto foi observado como elemento norteador a definição de Fleury e Fleury (2001, p. 188) que partem do pressuposto que competência está relacionada a um “saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. Corroborando para a formação de uma perspectiva conceitual, utilizamos também a definição trabalhada por Zarifian

(2001), que se fundamenta em importantes aspectos como: tomar iniciativa, assumir responsabilidades diante das mais diferentes situações profissionais com as quais o indivíduo se depara no mercado e na sociedade como um todo e a faculdade de mobilização de atores em torno da mesma situação, a co-responsabilidade.

3. O CASO DO IFNMG

3.1. O IFNMG e a Caracterização Socioeconômica de sua Área de Atuação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas - IFNMG foi instituído através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAFSalinas) e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (CEFET - Januária). No processo de reestruturação, as duas instituições se tornaram campi do Instituto Federal, sendo sua sede, a reitoria, implantada em Montes Claros, cidade geograficamente centralizada em relação à região Norte do Estado de Minas Gerais.

De acordo com a lei 11.892, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Com a proposta, os institutos deverão ter forte inserção na área de pesquisa e extensão, e assumir uma grande responsabilidade em fomentar através de suas ações o desenvolvimento econômico e social das regiões, comunidades e territórios por estes atendidos.

O CEFET – Januária (atual Campus Januária) assim como a EAFSalinas (atual Campus Salinas), ao longo de mais de cinco décadas passaram por uma série de transformações de ordem legal. Todavia, desde sua criação, atendem ao propósito de formar técnicos nas áreas de agricultura, agropecuária e zootecnia para atuarem nas diferentes regiões do Estado de Minas Gerais (IFNMG, 2009b).

Apesar das muitas transformações ocorridas ao longo dos anos, e também do considerado aumento de cursos, em diferentes áreas e modalidades de ensino, as duas instituições sempre foram reconhecidas como referência no ensino agrícola. Esta identidade se transfere, mesmo que de forma temporária (esperada) ao Instituto.

Atualmente, o IFNMG oferece cursos de educação tecnológica profissional em todos os níveis do sistema educacional. A tabela 1 apresenta todos os cursos existentes no Instituto em 2009, a área, e também a classificação destes.

Tabela 1 – Cursos Oferecidos pelo IFNMG em 2009

Nível	Classificação	Área	Nome
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Integrado	Agropecuária	Técnico em Agropecuária
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Integrado	Informática	Técnico em Informática
Ensino Médio	Não Integrado	-	Ensino Médio
Educação de Jovens e Adultos	Fundamental	-	Formação Fundamental em Agropecuária
Educação de Jovens e Adultos	Médio	Informática	Técnico em Informática
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Agropecuária	Técnico em Agropecuária
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Pecuária	Técnico em Pecuária
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante /	Agroindústria	Técnico em Agroindústria

	Subseqüente		
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Informática	Técnico em Informática
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Meio Ambiente	Técnico em Meio Ambiente
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Saúde	Técnico em Enfermagem
Educação Superior	Graduação Bacharelado	Gestão	Administração de Empresas
Educação Superior	Graduação Bacharelado	Agropecuária	Agronomia
Educação Superior	Graduação Licenciatura	Matemática	Matemática
Educação Superior	Graduação Licenciatura	Física	Física
Educação Superior	Graduação Tecnológico	Agropecuária	Irrigação e Drenagem
Educação Superior	Graduação Tecnológico	Gestão	Gestão Comercial
Educação Superior	Graduação Tecnológico	Agroindústria	Produção de Cachaça
Educação Superior	Graduação Tecnológico	Informática	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Formação Inicial e Continuada	Não Integrado	Informática	Operação de Computadores

Fonte: IFNMG (2009b)

O IFNMG tem uma grande responsabilidade social quando observados a abrangência de sua área geográfica de atuação e a população que atende. A instituição abrange cerca de 130 municípios, distribuídos em 03 mesorregiões - Norte de Minas, parte do Noroeste e parte do Jequitinhonha. Ou seja, uma área total de quase 200.000 km² e uma população de mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2000).

Atualmente a Instituição é constituída por seis campi que permitem abranger todo o Norte do Estado de Minas Gerais, conforme figura 2. Os campi que compõe o Instituto são: Arinos, Almenara, Araçuaí, Januária, Pirapora, Salinas e Montes Claros.

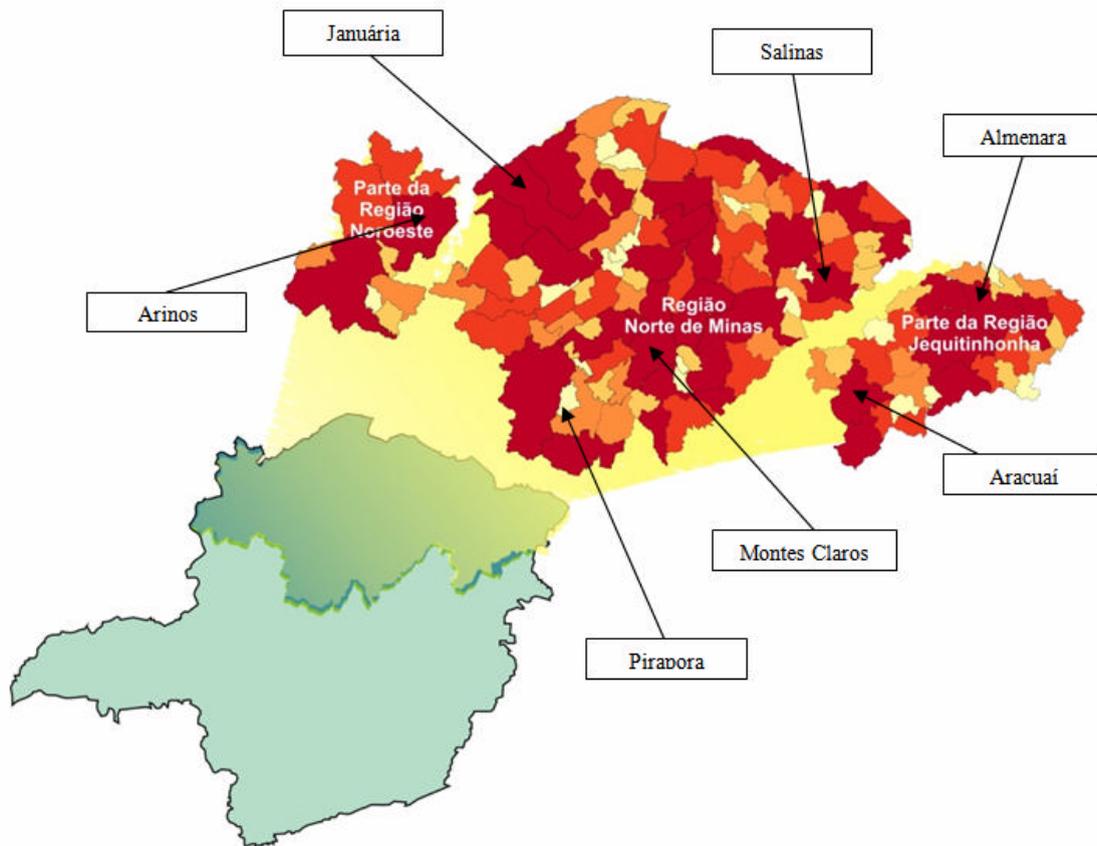


Figura 2 - Mapa da área de abrangência do IFNMG

Fonte: Adaptado de IFNMG (2009a)

As mesorregiões atendidas pelo IFNMG abrangem o semi-árido mineiro, englobando sub-regiões heterogêneas como os Vales do Jequitinhonha e Mucuri e as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais. Estas regiões apresentam os piores Índices de Desenvolvimento Humano de Minas Gerais e se refletem nas limitações do capital social regional.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não deve se considerar apenas as questões de cunho econômico, mas também, sociais, culturais e políticas que influenciam na qualidade da vida humana. Além de computar o PIB per capita, observado o poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta outras duas dimensões: a longevidade e a educação. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

No ano 2000, a grande maioria dos municípios que compunha estas quatro regiões apresentavam IDH abaixo da média do Estado (0,773) e também da média do país (0,766). O município com pior IDH do Estado de Minas, Setubinha, na região Norte do Estado com IDH 0,568, é uma entre as muitas cidades atendidas pelo IFNMG (PNUD, 2000). A figura 3 apresenta um panorama das regiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

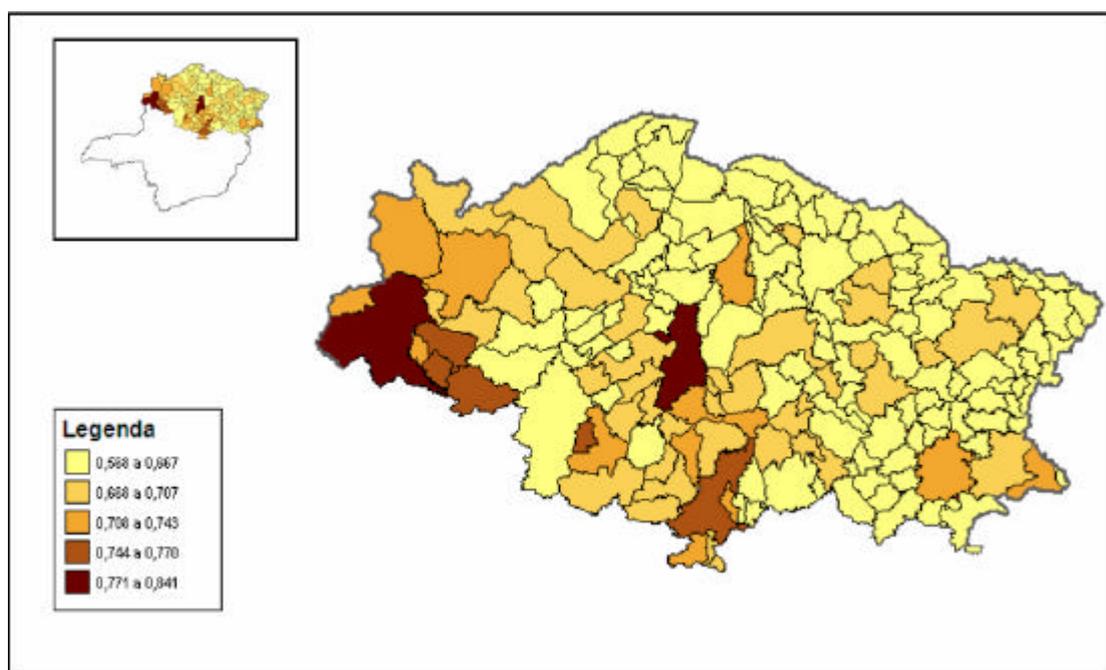


Figura 3 – IDH das Regiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do PNUD (2000)

Entretanto, é preciso considerar os benefícios advindos das políticas públicas, notadamente as de saúde, educação e assistência social, os programas e projetos de desenvolvimento sócio-econômico, assim como os investimentos em agronegócio, assentamentos rurais e os projetos baseados no desenvolvimento social-comunitário que têm contribuído para revitalizar a agricultura familiar e para melhorias dos indicadores sociais.

Nesse sentido, podemos destacar a atuação de importantes órgãos voltados para o desenvolvimento regional como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que atua em 168 municípios de Minas Gerais, distribuídos pelo Norte do Estado e Vales do Jequitinhonha e Mucuri e, em âmbito estadual, o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, que tem como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste do Estado, atualmente suas ações se estendem a 188 cidades de Minas Gerais (IDENE, 2009).

Dentre as iniciativas voltadas para desenvolvimento regional nos últimos anos, destacam-se o projeto Jaíba e os demais perímetros irrigados, os quais representam um volume considerável de inversão pública, ampliam as possibilidades de aumento de renda dos pequenos e médios produtores e dos agricultores familiares. Só em 2008, do montante de quase R\$ 740 milhões investidos na agricultura familiar pelo Banco do Nordeste (principal Instituição de fomento da Agricultura Familiar no país), cerca de R\$ 70 milhões foram investidos no Estado de Minas (BRASIL, 2009).

Como outros elementos de sustentabilidade da região, observa-se a concentração industrial nas microrregiões de Montes Claros, Pirapora e Chapada Gaúcha, com a presença de um setor industrial relativamente diversificado, com registro de unidades industriais de elevado perfil tecnológico. Na microrregião de Januária, o Parque

Nacional do Peruaçu e o Pantanal de Pandeiros, apresentam grande potencial para o desenvolvimento regional baseado no turismo sustentável.

Quanto à atividade econômica, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2008), as mesorregiões abrangidas pelo IFNMG participam com um total de 8,58% do Produto Interno Bruto (PIB) por setores do Estado de Minas Gerais, sendo a região Norte com 4,73%, Jequitinhonha 1,96% e Noroeste 1,89%. A tabela 2 abaixo descreve essa participação por setores correspondente a cada mesorregião.

Tabela 2 - Participação por Setores no Produto Interno Bruto (PIB) das Mesorregiões do Norte de Minas Gerais

Região	Agropecuário	Industrial	Serviços	Total	(%) do PIB
Noroeste de Minas	33,11%	34,84%	32,05%	100,00%	1,89%
Norte de Minas	11,89%	44,58%	43,52%	100,00%	4,73%
Jequitinhonha/Mucuri	18,90%	18,17%	62,94%	100,00%	1,96%
Total					8,58%

Fonte: Fundação João Pinheiro (2008)

Quanto à empregabilidade, em 2000, havia no Estado de Minas Gerais cerca de 7.150.000 pessoas ocupadas, Este montante representava aproximadamente 86% da população economicamente ativa (IBGE, 2000).

Das mesorregiões atendidas pelo IFNMG, a região Noroeste é a que apresenta o menor percentual de população ocupada do Estado com 1,8% do total. A região Jequitinhonha/Mucuri apresenta 4,8% da população ocupada e a região Norte, 7,1% conforme tabela 3.

Tabela 3 - População ocupada das Mesorregiões do Norte de Minas Gerais

Região de Planejamento	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Norte de Minas	335.713	174.860	510.573
Jequitinhonha/Mucuri	223.010	119.351	342.361
Noroeste de Minas	87.962	41.236	129.198
TOTAL	646.685	335.447	982.132

Fonte: IBGE (2000), Censo Demográfico, Minas Gerais.

Apesar do baixo índice de crescimento econômico na área de abrangência do IFNMG, muitos municípios apresentam grande potencial econômico e diversas oportunidades de negócios em plena expansão, pode-se citar como exemplos a prestação de serviços (em especial, hotelaria, transportes e telecomunicações), artesanato, produção de aguardente de alta qualidade, extrativismo de frutos e essências do cerrado e atividades turísticas.

Na região Norte do Estado também é marcante a atividade econômica agropecuária, agroindustrial, e também o comércio (principal atividade econômica da maioria dos municípios abrangidos pelo Instituto).

Apesar de compostas, em sua maioria, por pequenos produtores, a agricultura, pecuária e agroindústria são setores forte na região. Na produção vegetal, tem destaque a fruticultura, muito diversificada, e o predomínio de culturas como a mandioca, cana-de-açúcar, feijão, mamona e milho. Na produção animal, houve expressivo desenvolvimento da criação de caprinos e ovinos, entretanto, é muito representativa a criação de bovinos, eqüinos, muares e galináceos. Na agroindústria se destaca a produção de laticínios em geral, farinha, rapadura, polvilho e aguardente. Neste setor, Januária e Salinas estão em evidência, possuem tradição na produção de cachaça, consideradas as melhores do país. Só em Januária, são mais de trinta engenhos catalogados. Boa parte da produção dos dois municípios é exportada para outros estados e também para outros países devido ao alto grau de qualidade do produto.

No tocante a área industrial e comercial, é marcante a heterogeneidade na região, contudo, pode-se observar uma concentração de empresas de maior porte na microrregião de Montes Claros. Já nas demais microrregiões, a característica dominante é de pequenos negócios, em sua maioria de cunho familiar, cuja estrutura gerencial é enxuta e centralizada nos proprietários principais.

Nas últimas décadas, houve forte intervenção do Estado com investimentos no setor industrial e também no agronegócio, o que culminou numa diversificação da estrutura produtiva local. Segundo o BDMG (2005, p. 17)

O Estado estimulou quatro eixos básicos de desenvolvimento: (a) reflorestamento de eucaliptos e pinhos em diversos municípios da região; (b) implantação de grandes projetos agropecuários; (c) instalação de indústrias; e, (d) implantação de perímetros de agricultura irrigada. Tanto os projetos industriais quanto os projetos de irrigação então concentrados em poucos municípios.

Montes Claros, o principal centro urbano da região. Recebeu nos últimos 30 anos, incentivos e estímulos ao setor produtivo que resultaram em um intenso processo de industrialização. Neste período empresas de grande porte se instalaram na cidade e redundou na atração de outros empreendimentos para as cidades circunvizinhas, entre essas empresas pode-se destacar a Coteminas, Lafarge, Nestlé, Vallée, Novo Nordisk, Cotenor, Café Letícia, Karambi, Ecil entre outras.

No setor educacional, o Norte do Estado de Minas Gerais, em especial as cidades de Montes Claros e Januária, experimentaram, a partir da década de 1980, uma crescente oferta de ensino técnico profissionalizante e superior. O município de Montes Claros é o maior pólo de ensino no Norte do Estado, a cidade destaca-se pela presença de duas universidades públicas, a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que juntas atendem a mais de treze mil estudantes. Conta também com um Instituto Federal – IFNMG e com dezesseis faculdades privadas que oferecem cursos nas diversas áreas do conhecimento, em níveis de graduação e pós-graduação. Hoje, esses dois municípios são considerados referência no ensino técnico, tecnológico e superior.

Este novo contexto tem levado o Norte do Estado a um novo ciclo de desenvolvimento. A grande massa de estudantes, professores e profissionais liberais que se instalam nessas cidades em razão das faculdades, universidades e centros de ensino presentes, trouxeram um maior dinamismo à economia local. A demanda por produtos e serviços de qualidade estão levando os empresários e os diferentes profissionais a se

capacitem cada vez mais para se adequar às exigências deste novo mercado consumidor.

É neste cenário, onde os grandes empreendimentos são uma exceção, porém com latentes oportunidades de mercado, que se vislumbra um campo fértil para as iniciativas empreendedoras. Entretanto, a cultura empreendedora na região ainda é ínfima, os empresários ainda possuem pouca preparação e grande desconhecimento da dinâmica do mercado e da economia. Muitos empreendimentos, encontram sérias dificuldades para continuação de suas atividades o que está muitas vezes relacionado à identificação da oportunidades e do mercado, ou seja elementos que denotam uma capacidade empreendedora.

Segundo o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, em 2008, do montante total de investimentos direcionados para negócio no setor agropecuário, 58,3% foram destinados à empreendimentos de pequeno e médio porte. Já no setor comercial, do montante destinado ao setor, 50,76% foram direcionados à empreendimentos comerciais de pequeno e médio porte. Esses percentuais (com pequenas variações nos anos anteriores) são relativamente altos e denotam a existência de mercado para os pequenos empreendimentos e, ainda, a grande necessidade de formação empreendedora destes. Já que, também é alto o percentual de empresários que encontram dificuldades em dar continuidade aos seus negócios. Essas dificuldades podem ser observadas pelo alto percentual de inadimplência e de registros de problemas relacionados à questões gerenciais (BNB, 2008).

Apesar do visível esforço das esferas governamentais apoiadas por organismos não-governamentais, as mesorregiões atendidas pelo IFNMG ainda contrastam com a realidade sócio-econômica de boa parte do país. A redução das desigualdades socioeconômicas existentes em nível regional ou local ainda parece distante.

Diante deste contexto, sobressaem as iniciativas empreendedoras, o cooperativismo e o associativismo, o empreendedorismo social que, adequando-se aos arranjos produtivos locais, estimulam e promovem a economia e os mercados, gerando emprego e renda na região.

Nesta perspectiva, a educação profissional assume um papel de grande importância, notadamente na formação de mão-de-obra qualificada para fomentar a inclusão e o desenvolvimento sustentado, e também em função da possibilidade do estímulo ao empreendedorismo e ao surgimento de novos empreendedores.

3.2 O Curso Técnico em Agropecuária do Campus de Januária

A formação técnica agropecuária possibilita ao indivíduo atuar em diferentes ramos de negócios como assistência técnica, elaboração de projetos, turismo rural dentre outros. “Pela própria natureza do processo produtivo agropecuário pode haver interações com as áreas da indústria, serviços, comércio, meio ambiente, saúde, turismo e hotelaria, química, geomática, gestão, finanças, informática, estatística etc.” (MEC, 2000, p. 10).

Os referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico (MEC, 2000, p. 9) observam que a

área de Agropecuária é um centro dinâmico de atividades denominadas de agronegócio. Este segmento envolve atividades de produção agrícola propriamente dita (lavoura, pecuária e extração

vegetal). É a soma total das operações de produção agrícola e armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos.

O agronegócio envolve uma cadeia produtiva complexa e extensa que abrange produtores, fornecedores de bens e serviços à agropecuária, os processadores, transformadores e distribuidores, instituições de crédito, instituições de fomento e tantos outros. É um setor muito importante para o desenvolvimento econômico e social do país. Gasques et al (2004) comungam com esta visão e observam que

o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (*dealers*), bolsas, industrialização e o consumidor final. O valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o de distribuição; e o do consumidor final. (GASQUES et al, 2004, p. 8).

Como já salientado anteriormente, o agronegócio tem uma importância inquestionável para o país. Responde por cerca de 18 milhões de empregos diretos, é o setor da economia que mais tem contribuído para a formação do saldo da balança comercial do país nos últimos anos e sua participação no PIB brasileiro tem superado à média dos 25% (IBGE, 2003; DIEESE, 2008; CEPEA, 2009).

Nesse sentido, Gasques et al (2004, p. 11) observa que

As riquezas geradas pelo agronegócio alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras. A grande maioria das pequenas cidades brasileiras tem sua economia alicerçada no agronegócio. Se a agropecuária se desenvolve bem, a economia dessas localidades também apresenta bom desempenho.

Sem dúvida, neste cenário, os cursos de natureza agropecuária devem ser valorizados e têm a responsabilidade de interpretar as demandas existentes no setor do agronegócio e atendê-las de forma satisfatória. Na região Norte do Estado de Minas Gerais os cursos de natureza agropecuária foram essenciais para a expansão tecnológica, desenvolvimento de pesquisas e suprimento de mão-de-obra qualificada.

Os cursos⁷ de natureza agropecuária foram os primeiros a serem criados na antiga EAFSalinas e no CEFET-Januária. Caracterizaram por muito tempo essas

⁷ O histórico do CEFET-Januária e EAFSalinas, assim como dos seus cursos técnicos em agropecuária foram desenvolvidos a partir de:

IFNMG. Plano de Desenvolvimento Institucional. Montes Claros, MG, 2009a. 145p.

IFNMG. Sistema de Informação Gerencial - Secretaria de Assuntos Educacionais, Januária, MG, 2009b.

entidades como instituições de ensino agrícola, sendo estas grandes responsáveis pelo desenvolvimento e modernização do agronegócio na região Norte do estado de Minas Gerais.

O primeiro curso registrado na região teve seu início em 1956 na EAFSalinas, à época, Escola de Iniciação Agrícola de Salinas. Posteriormente, em 1961, na cidade de Januária, tem início um curso semelhante na então denominada Escola Agrotécnica de Januária. Durante este longo período os cursos oferecidos pelas instituições passaram por uma série de transformações e reformulações curriculares, de ordem legal e também didático-pedagógica. Isso se refletiu na variedade de titulações outorgadas pelas duas instituições ao longo desse período, entre estas, pode-se citar: operários agrícolas especializados, mestres agrícolas, técnicos em agricultura, técnicos agrícolas e, por fim, técnicos em agropecuária.

Apesar dos cursos desenvolvidos pelas duas instituições serem de natureza agrária, foram constituídos e se desenvolveram de forma independente. Eles se diferem em muitos aspectos, cada curso tem uma série de especificidades, como as abordagens principais, as habilitações, os objetivos do curso em relação às características socioeconômicas da região que atende e o perfil do público alvo.

Como pode ser observado na Figura 3, os cursos dos dois campi (Salinas e Januária) atendem a regiões diferentes. Apesar de geograficamente não estarem tão distanciadas, essas regiões apresentam características culturais, sociais e, principalmente, de tecido empresarial, distintas. Foram essas características que determinaram os projetos, currículos e práticas educacionais de cada curso.

Para o curso técnico em agropecuária do campus Salinas os ingressantes provêm em sua maioria das seguintes cidades: Montezuma, Vargem Grande do Rio Pardo, São João do Paraíso, Ninheira, Águas Vermelhas, Divisa Alegre, Berizal, Curral de Dentro, Santa Cruz de Salinas, Indaiabira, Taiobeiras, Salinas, Rubelita e Rio Pardo de Minas.

Já para o curso técnico do campus Januária os ingressantes provêm em sua maioria das cidades de Jaíba, Janaúba, Mato Verde, Mamonas, Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Icaraí de Minas, Itacarambi, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Marias da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões, Urucuia, Brasília de Minas, Campo Azul, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatú, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Patís, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia. A figura 4 a seguir apresenta essa região de Minas Gerais de maior evidência dos cursos técnicos de ambos os campi.

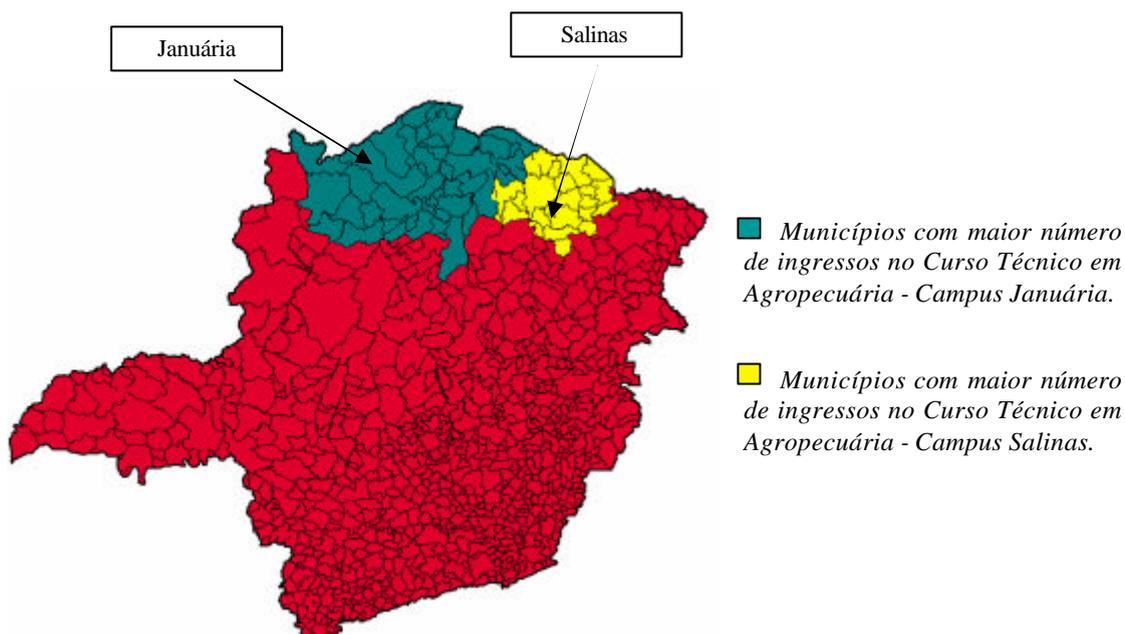


Figura 4 – Abrangência do Curso Técnico em Agropecuária em Minas Gerais

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IFNMG (2009a, 2009b).

Com base no exposto, para esta pesquisa, optou por trabalhar com apenas um dos cursos técnico em agropecuária do IFNMG, já que não faria sentido trabalhar, nesta oportunidade, com os dois cursos (Campus Salinas e Campus Januária) pois, apesar de estarem agora em uma mesma instituição, são independentes, desarticulados, cada um possui uma identidade que lhe é própria e atende às peculiaridade das microrregiões a que estão inseridos.

Para este trabalho foi escolhido o curso técnico em agropecuária do Campus de Januária, por este já haver, há alguns anos, introduzido o ensino de empreendedorismo na formação técnica agropecuária, pela abrangência que tem na região Norte do Estado, e por algumas especificidades do seu público atendido.

O curso técnico em agropecuária do Campus Januária atrai um público variado, e que mantém essa característica há muitos anos, principalmente nas últimas duas décadas. Uma parte considerável do alunado não possui ligação alguma com o agronegócio. Porém pela representação que se tem da instituição e do ensino que a mesma proporciona, acredita-se – traço cultural – que com o curso técnico em agropecuária, as chances de inserção no mercado de trabalho serão maiores. E, este mercado não necessariamente será o do agronegócio.

A partir de 2001 tem início os primeiros desenvolvimentos relacionados ao ensino do empreendedorismo no curso técnico em agropecuária do campus Januária – um grande avanço, já que os arranjos produtivos regionais são marcados por extrema heterogeneidade, baixa produção e rentabilidade, além do alto nível de desemprego. Dessa forma, uma educação técnica que privilegia a atitude empreendedora é muito bem vinda nesse cenário. Este foi um fator que levou o curso a ter uma grande visibilidade no Estado de Minas Gerais.

Esta releitura de papéis e o novo posicionamento da Instituição na busca de um profissional com um perfil diferenciado – gerados por intensos diálogos de áreas de

conhecimento, e discussão do corpo docente – é perceptível no Projeto do curso técnico em agropecuária da Instituição, à época, Escola Agrotécnica Federal de Januária.

Considerando as dificuldades enfrentadas pela região, a Escola, como uma instituição de educação tecnológica, assume o papel de estimular o desenvolvimento regional, difundindo tecnologias, formando técnicos criativos e comprometidos com o desenvolvimento regional. A partir da leitura da realidade da região a Escola busca formar um técnico que tenha um perfil generalista e eclético, com uma visão crítica da realidade da região, que estimule a criatividade, que esteja preparado para lidar com as diversas situações apresentadas pelo mercado, respeitando e valorizando as iniciativas dos produtores, propondo alternativas viáveis, preservando as culturas e tradições do nosso povo. Por fim, um técnico que possa ser sempre um agente de desenvolvimento regional [...]. (EAFJ, 2001, p. 7).

Com o advento dessas reformulações curriculares e observado os referendamentos dos órgãos governamentais, incluiu-se no currículo do curso técnico em agropecuária conteúdos que remetiam ao empreendedorismo como: a análise de fatores que definem o empreendedorismo e o perfil do empreendedor; e também, a caracterização e desenvolvimento de plano de negócios. Assim, em 2001, tem-se o primeiro contato das turmas do curso técnico em agropecuária com o ensino de empreendedorismo.

Contudo, a abordagem de empreendedorismo no curso se dá de forma superficial, em um momento específico e demarcado do curso, sem um diálogo/conexão com outras áreas das ciências. Diante do que apresenta o projeto e a matriz curricular do curso técnico em agropecuária, pode-se enfatizar que não existe uma formação empreendedora no curso, mas pequenas ponderações do que vem a ser empreendedorismo e sua importância social e econômica.

A abordagem do tema fica restrita aos profissionais docentes do departamento de ciências administrativas que o desenvolvem em uma carga horária de 80 horas semestrais, durante um módulo do curso (um semestre) juntamente com os outros conteúdos que envolvem noções de gestão e planejamento e noções de contabilidade básica.

A carga horária de formação empreendedora e noções de gestão e planejamento representa menos de 5% da carga horária total correspondente ao ensino técnico, ou seja, 80 horas em 2.000 (incluindo o estágio obrigatório).

Apesar de a Instituição possuir importantes parceiros como a EMATER, SEBRAE, IEF, Prefeitura Municipal, entre outros e, também, possuir grande respaldo do setor comercial, industrial e suas entidades representativas na região, estas parcerias envolvem prioritariamente a realização de eventos conjuntos e convênios interinstitucionais para a realização de estágios. Não existe uma articulação com estas com vias à formação empreendedora.

4. METODOLOGIA

Para consecução dos objetivos deste trabalho de construir uma percepção em relação a formação empreendedora disponibilizada no curso técnico em agropecuária do IFNMG, esta pesquisa fundamentou-se em metodologias e estratégias de investigação científica amparados numa abordagem qualitativa e quantitativa.

A abordagem quantitativa refere-se àquela onde são empregados instrumentos estatísticos como base no processo de análise do problema. Segundo Richardson (1999, p. 70), a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análise de regressão etc.”.

Já na abordagem qualitativa, os fenômenos são tratados de forma diferentes, não há uma grande consideração quanto à sua magnitude ou intensidade. A preocupação se concentra “em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornecendo uma análise mais detalhada sobre a investigação, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 269).

Na pesquisa quantitativa, “os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas, enquanto que no tipo qualitativo as amostras são reduzidas e os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial” (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 269). Pelas especificidades deste trabalho fez-se o uso tanto da metodologia qualitativa quanto da metodologia quantitativa.

O desenvolvimento da pesquisa se deu em quatro fases distintas e complementares que abrangeram o embasamento teórico - a partir da seleção e leitura de material bibliográfico, o levantamento de informações através de análise de documentos institucionais, pesquisa de campo e a tabulação e registro dos resultados obtidos.

Num primeiro momento utilizamos a técnica de documentação indireta e, posteriormente, a documentação direta. Sobre o levantamento de dados através da documentação indireta, Marconi e Lakatos (2009) descrevem esta como sendo a fase da pesquisa realizada com o objetivo de recolher informações prévias do campo de interesse de estudo. Dessa forma, salienta que “o levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 176).

O levantamento de dados na documentação direta foi feita através de pesquisa de campo, sobre esta, Marconi e Lakatos (2009, p. 188) salienta que “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.”.

A pesquisa de campo realizada neste estudo foi do tipo quantitativa-descritiva. Esta consiste “em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.” (MARCONI; LAKATOS 2009, p. 189).

4.1. População e Amostra

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi considerada uma população composta por indivíduos egressos do curso técnico em agropecuária do IFNMG – Campus Januária a partir do ano 2003. A amostra foi composta por 36 egressos já inseridos no mercado de trabalho e que atuam na microrregião de Januária.

Para esta pesquisa foi utilizada a amostra não-probabilística acidental e intencional. Segundo Martins (2002, p. 49), a amostragem acidental “trata-se de uma amostra formada por aqueles elementos que vão aparecendo, que são possíveis de se obter até completar o número de elementos da amostra. Geralmente utilizada em pesquisas de opinião, em que os entrevistados são acidentalmente escolhidos”.

Na amostragem intencional é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 38), “o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela.”.

Fundamentando-se na exposição anterior, buscou-se a partir do banco de dados institucional a identificação de ex-alunos do curso técnico em agropecuária que estavam exercendo alguma atividade econômica, fosse esta em sua área de formação ou não, em empreendimento próprio ou de terceiros.

Para composição desta amostra, também foi solicitado aos profissionais e alunos da instituição que indicassem egressos que se enquadrassem no perfil da pesquisa para serem consultados sobre uma possível participação nesta.

A escolha dos egressos teve como critério – além da inserção no mercado de trabalho - a conclusão do curso técnico em agropecuária a partir do ano 2003. Este limite temporal se deu em função de que no ano 2002 começou-se a trabalhar o conteúdo relativo a empreendedorismo e, em 2003 teve a conclusão da primeira turma cujo currículo do curso incluía a formação empreendedora.

Obedecendo estas diretrizes, 36 ex-alunos de diferentes municípios da microrregião de Januária foram contatados e se dispuseram a colaborar no desenvolvimento da pesquisa.

4.2. Coleta de Dados

Para o levantamento de dados inicial utilizou-se da técnica da documentação indireta. Nesta oportunidade, foi selecionada e utilizada ampla bibliografia sobre o tema de estudo e também de documentação institucional (IFNMG), já que, pelo caráter da pesquisa, torna-se necessário observar o contexto em que estão inseridos o público alvo da instituição e também a própria instituição de ensino.

Assim sendo, realizou-se o levantamento e análise de importantes documentos como o projeto político pedagógico do curso técnico em agropecuária, as diretrizes e bases norteadoras dos currículos, os planos de desenvolvimento institucional, legislações e documentos regulamentadores do Ministério da Educação e outros documentos representativos para o desenvolvimento de um diagnóstico da situação atual da instituição de ensino e sua postura em relação às políticas e práticas pedagógicas. Também buscou-se levantar informações do perfil sócio-econômico da região abrangida pelo IFNMG a partir de dados de instituições de pesquisa, fundações e instituições de fomento regionais.

Neste primeiro momento objetivou-se traçar um panorama do ensino existente na instituição em relação à promoção do desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras dos alunos do curso técnico em agropecuária e também o perfil do território em que estão inseridos o público alvo da instituição (estudantes e egressos) assim como da própria instituição.

Num segundo momento do levantamento de dados passamos à técnica da documentação direta por meio da pesquisa de campo. Para tanto, utilizamos como instrumento um questionário contendo questões fechadas e semi-abertas, organizadas de forma sistemática e seqüencial com o objetivo de obter dos egressos do curso técnico em agropecuária, informações importantes que corroborem para esclarecimento das questões e hipóteses levantadas.

Os questionários foram entregues pessoalmente pelo pesquisador aos informantes pré-selecionados. Nesta oportunidade, foi salientado o objetivo da pesquisa e a garantia do sigilo quanto à identificação. Durante o preenchimento das questões os egressos foram acompanhados e orientados à medida que surgiam dúvidas no processo.

Quanto à utilização dos questionários, Marconi e Lakatos (2009), observam algumas importantes vantagens no uso deste instrumento. Segundo os autores, o questionário permite economia de tempo, atinge um maior número de pessoas simultaneamente, abrange uma área geográfica mais ampla, apresenta menor risco de distorção pela não influência do pesquisador, apresenta mais uniformidade na avaliação em razão da natureza impessoal do instrumento, permite, quando anônimo, que as pessoas se sintam com maior liberdade para expressar suas opiniões, proporciona respostas mais refletidas, pelo fato de permitir tempo suficientes para respondê-las e, também, por que a tabulação dos dados pode ser feita com maior facilidade e rapidez quando comparado a outros instrumentos.

Após o planejamento, organização e finalização do questionário optou-se pela realização de um pré-teste do instrumento antes sua aplicação de fato. Para tanto, foram escolhidos 3 egressos do curso técnico em agropecuária e 3 alunos do IFNMG que não pertenciam à amostra referente a pesquisa final para que respondessem ao questionário. Este pré-teste tem por objetivo verificar a compreensão, redação, complexidade e quantidade de questões do instrumento e assim, se necessário, realizar possíveis ajustes e correções. Sobre a essa questão, Marconi e Lakatos (2009, p. 205) observam que

Depois de redigido, o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva, aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida. A análise dos dados, após a tabulação, evidenciará possíveis falhas existentes: inconsistência ou complexidade das questões; ambigüidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causam embaraço ao informante; se as questões obedecem a determinada ordem ou se são muito numerosas, etc.

Aplicado o pré-teste e feito algumas alterações relacionadas à complexidade das questões passou-se então à aplicação definitiva do instrumento.

O questionário aplicado nesta pesquisa de campo - Anexo 1- foi estruturado da seguinte maneira: as questões de número 1 a 11 tinham por objetivo levantar o perfil atual dos egressos pesquisados, já as questões de número 12 à 16 tinham por objetivo

levantar dados sobre a participação do IFNMG na formação empreendedora dos egressos e sobre o atual perfil empreendedor dos mesmos.

Na primeira parte do questionário buscou-se levantar dados sobre a formação educacional e profissional do egresso, se possui empreendimento próprio ou empreende em outra organização, sobre sua área e tempo de atuação no mercado, sobre sua interação com tecnologias e com a informação dentre outros importantes aspectos que favorecem a uma leitura do perfil do egresso pesquisado.

A segunda parte do questionário tinha por objetivo levantar dados para avaliação das contribuições do IFNMG para a formação do perfil empreendedor do público pesquisado. Neste momento, o egresso tem a oportunidade de fazer considerações sobre a participação da instituição no desenvolvimento de suas competências e habilidades empreendedoras, demonstrando através de escalas o grau de contribuição da instituição no desenvolvimento de sua formação empreendedora.

O encerramento do questionário se dá com uma sondagem junto aos informantes sobre o que estes acham que deveria ser feito, quais ações e posturas a serem tomadas para que a instituição possa atuar com excelência, produzindo resultados na formação empreendedora dos seus futuros técnicos em agropecuária.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do conjunto de informações obtidas junto aos alunos egressos do curso técnico em agropecuária do IFNMG – Campus Januária pode-se traçar o perfil destes. A pesquisa envolveu um conjunto de 36 ex-alunos formados entre os anos de 2003 a 2007, sendo que destes, 7 (19%) concluíram o curso técnico no ano 2003, 11 (31%) no ano de 2004, 8 (22%) no ano de 2005, 6 (17%) no ano de 2006 e 4 (11%) no ano de 2007 – conforme gráfico 1.

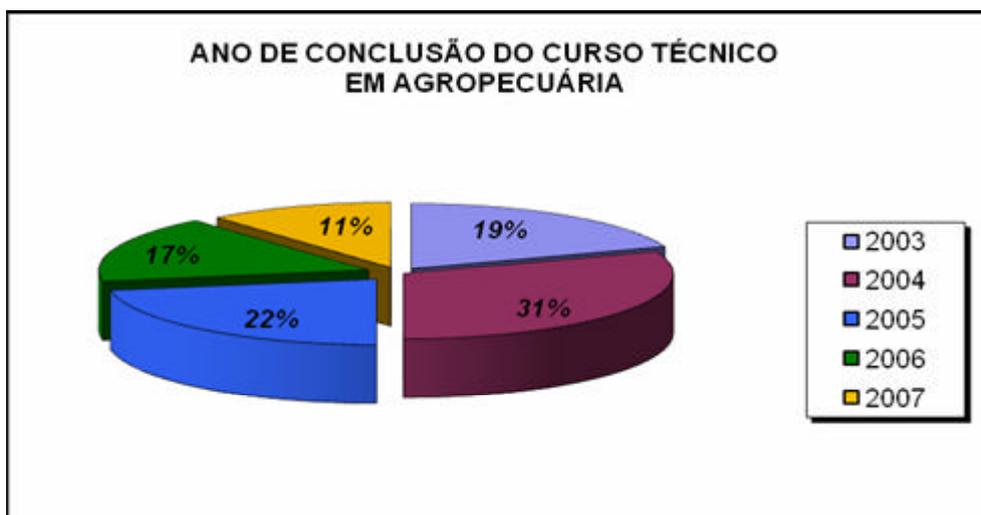


Gráfico 1 – Ano de conclusão do curso técnico em agropecuária

Fonte: Dados da Pesquisa

A pesquisa abrangeu 6 diferentes municípios da microrregião de Januária, Norte do Estado de Minas Gerais. Nestes, o curso técnico em agropecuária está em plena evidência quando observado o número de ingressantes no curso a cada ano.

Como já salientado anteriormente, muitos dos técnicos em agropecuária formados no Campus de Januária estão em atividade nas diversas cidades que compõe a microrregião de Januária e Montes Claros e, também em algumas cidades do sudoeste bahiano. Do grupo pesquisado, 44% atuam na cidade de Januária, 6% no município de Bonito de Minas, 8% em Pedras de Maria da Cruz, 22% em Jaíba, 6% em São João das Missões e 14% em Itacarambi – gráfico 2.

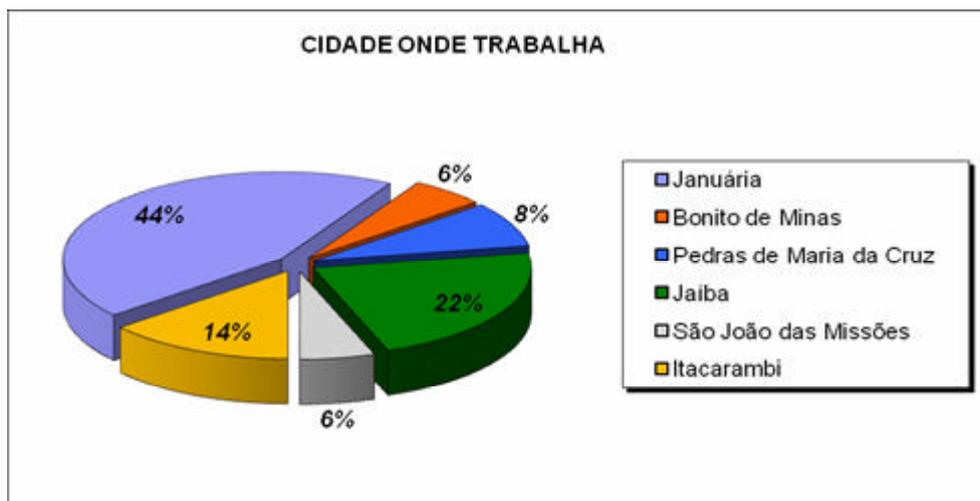


Gráfico 2 – Cidade onde trabalha

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao grau de instrução e escolaridade pode-se observar que do grupo pesquisado, boa parte buscou a progressão nos estudos, sendo que 33% já concluíram o ensino superior e 39% estão em curso. Essa procura pela continuidade nos estudos demonstra uma qualidade extremamente valorizada no cenário atual. A busca pela atualização e crescimento abre novas oportunidades no mercado, melhora o desempenho nas atuais atividades, sendo de grande importância para se ter competitividade no mercado de trabalho.

As áreas mais procuradas pelo grupo pesquisado são, em primeiro lugar, gestão de negócios seguida pela área de agropecuária e pela área de saúde. O gráfico 3 abaixo apresenta essa distribuição em relação à escolaridade - ensino superior.

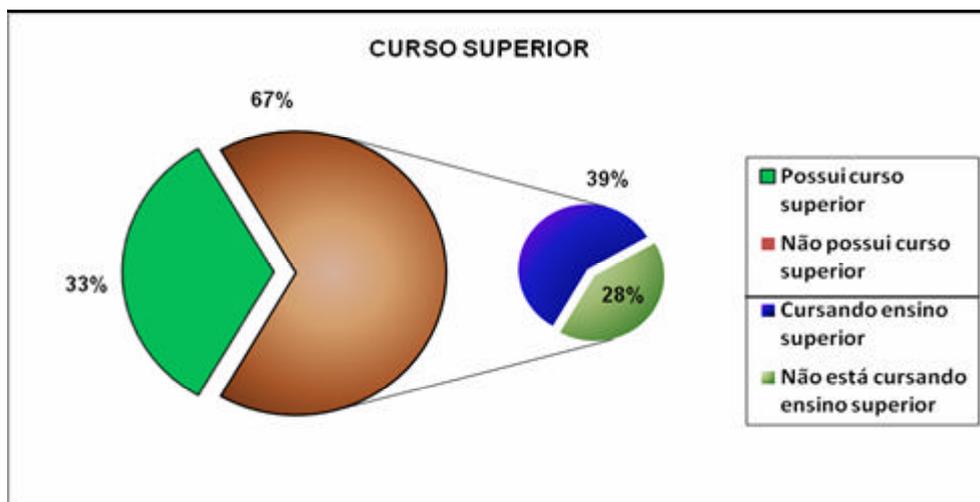


Gráfico 3 – Curso superior

Fonte: Dados da Pesquisa

Sobre a realização de outros cursos técnicos, capacitações e aperfeiçoamentos profissionais depois de egresso, entre os pesquisados, 67% responderam positivamente à questão, já realizaram. Entre as áreas de maior interesse estão as de gestão e

informática seguidas pelas áreas de agricultura, pecuária e saúde conforme apresentado no gráfico 4.

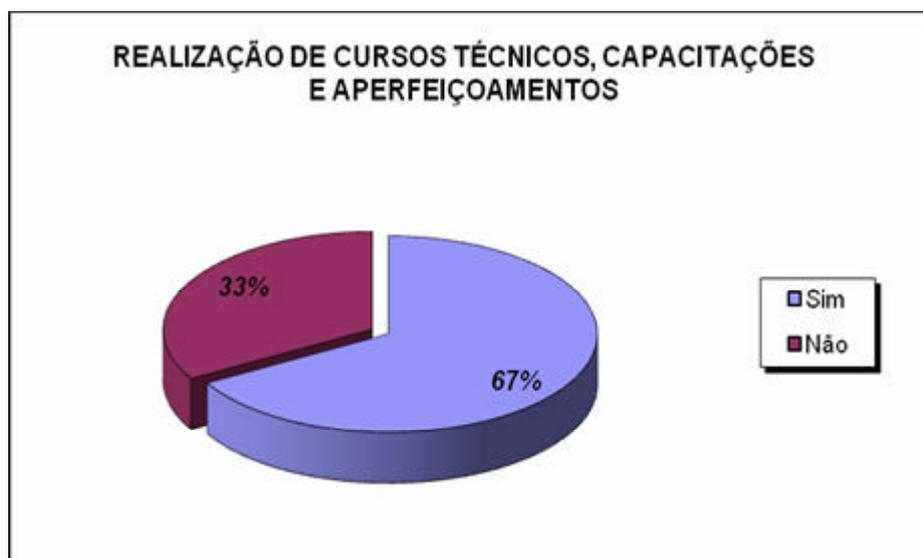


Gráfico 4 – Realização de cursos técnicos, capacitações e aperfeiçoamentos
Fonte: Dados da Pesquisa

No processo de caracterização e levantamento do perfil do egresso do curso técnico em agropecuária, buscou-se analisar também aspectos comportamentais como o hábito da leitura. Nesse sentido, observou-se que do grupo pesquisado, 58% dos egressos mantêm uma leitura regular, com leituras diárias. Já 11% dos pesquisados não possuem o hábito da leitura, lêem raramente. Entre o que mais se lê estão os jornais e revistas diversas, os livros encontram-se na terceira posição com 22,2% - conforme gráfico 5.

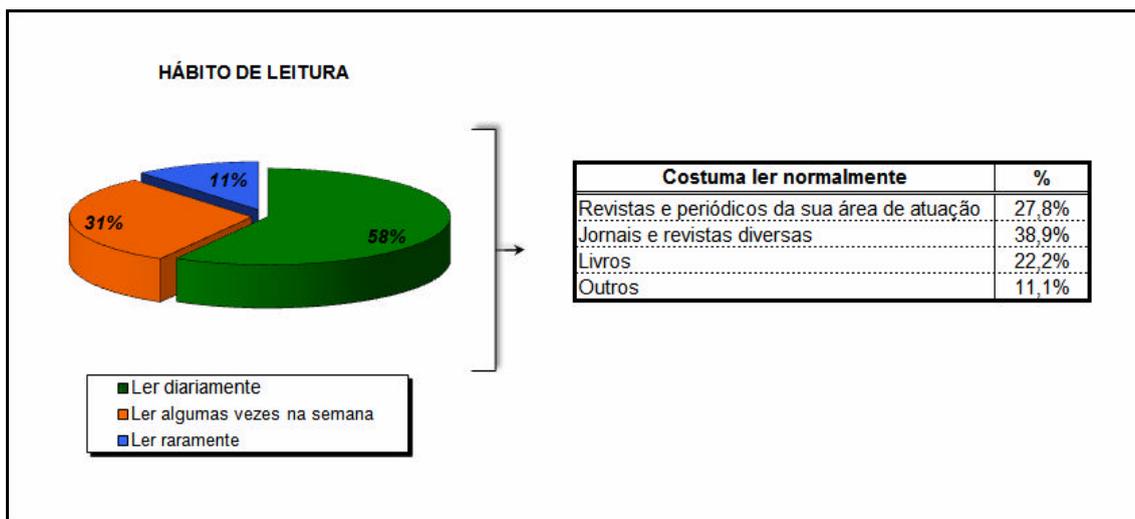


Gráfico 5 – Hábito de leitura

Fonte: Dados da Pesquisa

Outro importante aspecto levantado e que tem relação com o uso das novas tecnologias da comunicação e da informação, foi quanto ao uso da internet. Questionados sobre a frequência de acesso à internet, entre os egressos pesquisados, a maioria, 56%, acessam a rede mundial de computadores mais de 7 vezes na semana. Entre os pesquisados, as atividades mais comuns desenvolvidas com o uso da internet referem-se à pesquisa, 54,8% e correspondência com 28,6% dos apontamentos feitos pelo grupo – gráfico 6.

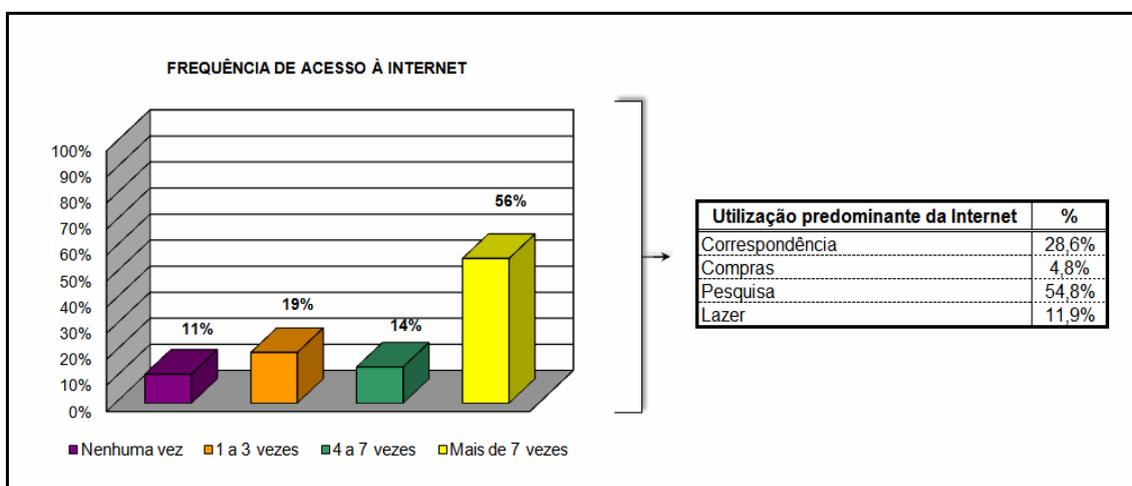


Gráfico 6 – Frequência de acesso à Internet

Fonte: Dados da Pesquisa

Questionados sobre o uso da internet em função de sua atual atividade profissional, 42% responderam que não utilizam a internet e 58% dos egressos responderam que a utilizam, sendo que 23% dos que fazem uso em função do trabalho, o fazem para contatos com profissionais da própria empresa ou com outros profissionais externos. 19% responderam que a utilizam principalmente em razão de operação com

softwares específicos do negócio em que estão envolvidos. Já para atividades como compras, contatos com fornecedores e contatos com clientes, é ínfimo o uso da internet conforme apresentado no gráfico 7.

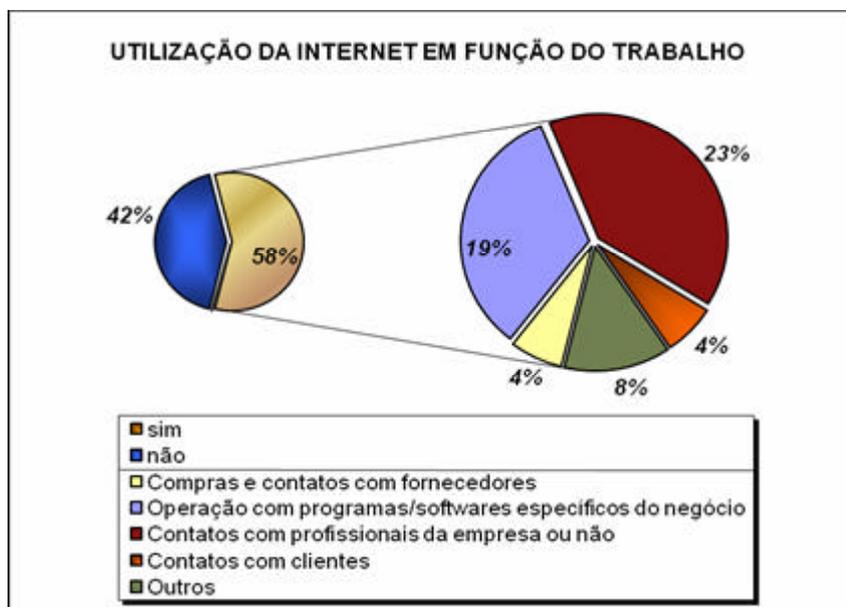


Gráfico 7 – Utilização da Internet em função do trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa

Sobre a atuação profissional, 19% dos pesquisados trabalham em seu próprio empreendimento e 81% em outras organizações públicas e privadas. Do total de egressos que possuem empreendimento próprio, a metade, 50%, atuam no setor de comércio, a maior parte, 37,5%, estão no mercado de 1 a 2 anos.

Dos egressos que não trabalham em empreendimento próprio, 41,4% estão atuando no setor educacional, 27,6% no setor agropecuário e 24,1% em instituições financeiras. Deste grupo de egressos, 55,2% estão lotados nestas organizações a pelo menos 1 ano conforme gráfico 8.

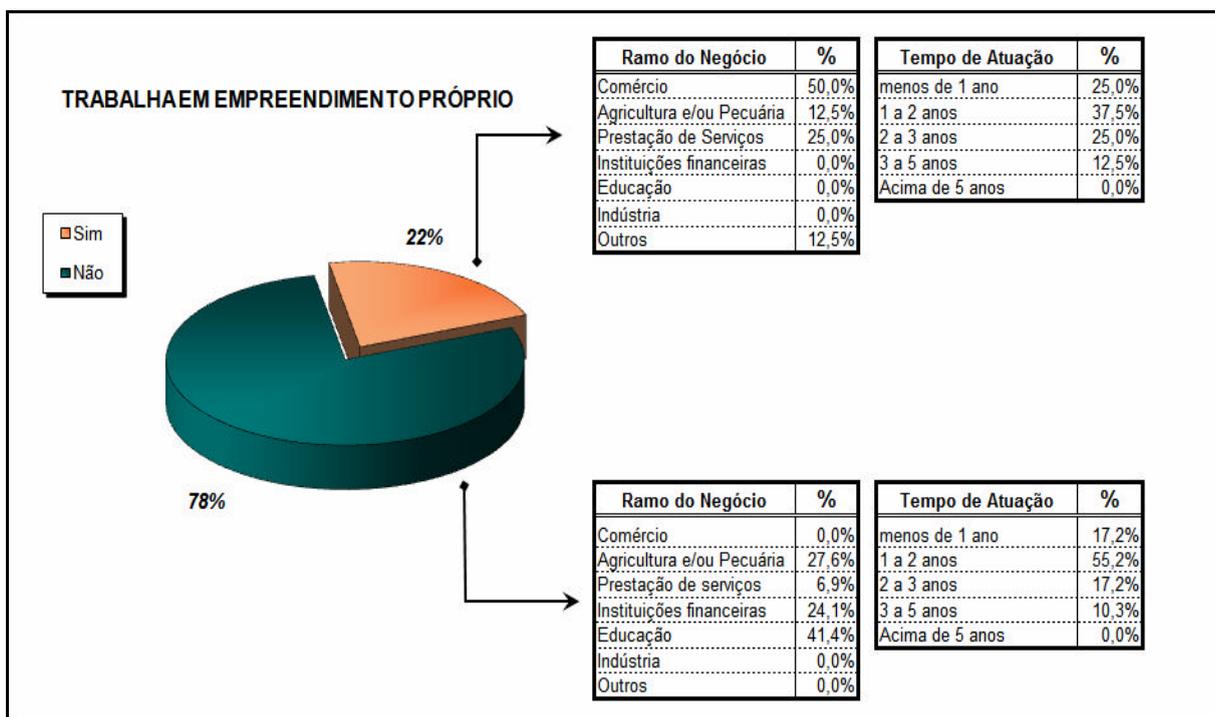


Gráfico 8 – Trabalha em empreendimento próprio

Fonte: Dados da Pesquisa

Com o objetivo de caracterizar também o atual perfil empreendedor dos egressos foi solicitado aos mesmos que realizassem uma auto-avaliação a partir de uma relação de características e comportamentos empreendedores. Assim, através de um julgamento pessoal, se reconheceriam dentro dos comportamentos listados em uma graduação maior ou menor.

A auto-avaliação aplicada ao egresso (questão 12 do questionário) é composta por 15 itens (comportamentos e características empreendedoras). Para cada item há uma graduação de 1 até 4, onde o egresso se posicionaria tendo aquele comportamento em maior ou menor grau. Dessa forma, o menor grau possível seria 1 e o maior grau, 4. Os resultados obtidos através dessa auto-avaliação estão dispostos na tabela 4 a seguir.

CARACTERÍSTICAS/COMPORTAMENTOS EMPREENDEDORES	ESCALA			
	1	2	3	4
Tem perseverança, não desiste facilmente	7%	0%	14%	79%
Tem alta dedicação na sua atividade profissional	0%	0%	29%	71%
Assume riscos calculados	14%	21%	36%	29%
Está sempre atento às oportunidades que surgem no mercado	0%	7%	57%	36%
Busca conquistar e manter uma rede de relacionamentos com instituições e pessoas	0%	21%	29%	50%
Realiza um planejamento antes de iniciar um empreendimento	0%	21%	21%	57%
Procura deixar por escrito o que se planeja	0%	21%	57%	21%
Trabalha bem em equipe	7%	14%	14%	64%
Está em constante busca por informação	0%	7%	36%	57%
Acompanha o desenvolvimento das TI's – Tecnologias da informação	7%	7%	43%	43%
Gosta de liderar, busca assumir quando necessário o papel de líder	7%	21%	29%	43%
Não se perturba com novos desafios	0%	7%	50%	43%
Consegue vislumbrar oportunidades de negócios em sua região	0%	36%	43%	21%
Se acha com condições de abrir e gerenciar um negócio próprio	0%	29%	43%	29%
Costuma participar de alguma associação, cooperativa ou grupo organizado com interesses coletivos	43%	21%	14%	21%

Tabela 4 – Perfil empreendedor dos egressos pesquisados

Fonte: Dados da Pesquisa

Com este levantamento percebeu-se que os egressos, em sua maioria, consideram-se potencialmente empreendedores. Os percentuais mais altos de reconhecimento das características empreendedoras se encontram no grau 4, demonstrando que os egressos se julgam com um alto grau de características e comportamentos empreendedores.

Dentre as características e comportamentos indicados pelos egressos, pode-se destacar o comportamento “*tem perseverança, não desiste facilmente*” em que 79% dos pesquisados consideraram possuir em alto grau, seguidos pela “*alta dedicação em sua atividade profissional*” e “*pelo trabalho em equipe*”. Contrariamente, tem-se a “*participação em associações, cooperativas e outras organizações de interesse coletivo*” com resultados poucos expressivos, 43% dos pesquisados acreditam possuir esse comportamento em baixíssimo grau, um percentual alto, que revela um baixo nível de empreendedorismo social entre os egressos. Outro comportamento de destaque negativo é “*vislumbrar oportunidades de negócios em sua região*” com 36% o que denota uma fraca presença da competência “*senso de oportunidade*” em boa parte dos pesquisados.

De forma complementar aos resultados anteriores, o grupo foi sondado quanto às competências empreendedoras que foram mais importantes e/ou estão sendo importantes para os mesmos desenvolverem satisfatoriamente suas atividades profissionais. Nessa oportunidade foi utilizado um modelo de oito competências organizado a partir dos trabalhos de Cooley (1990), Man e Lau (2000) e Dolabela (2003). Deste conjunto de competências os egressos indicavam as que julgavam ser as mais importantes para a sua atividade. Assim sendo, do total das indicações feitas pelo

grupo os maiores percentuais foram observados na competência “*iniciativa*” (18%), “*perseverança*” (18%) e “*relações interpessoais*” (16%) como mostra o gráfico 9.

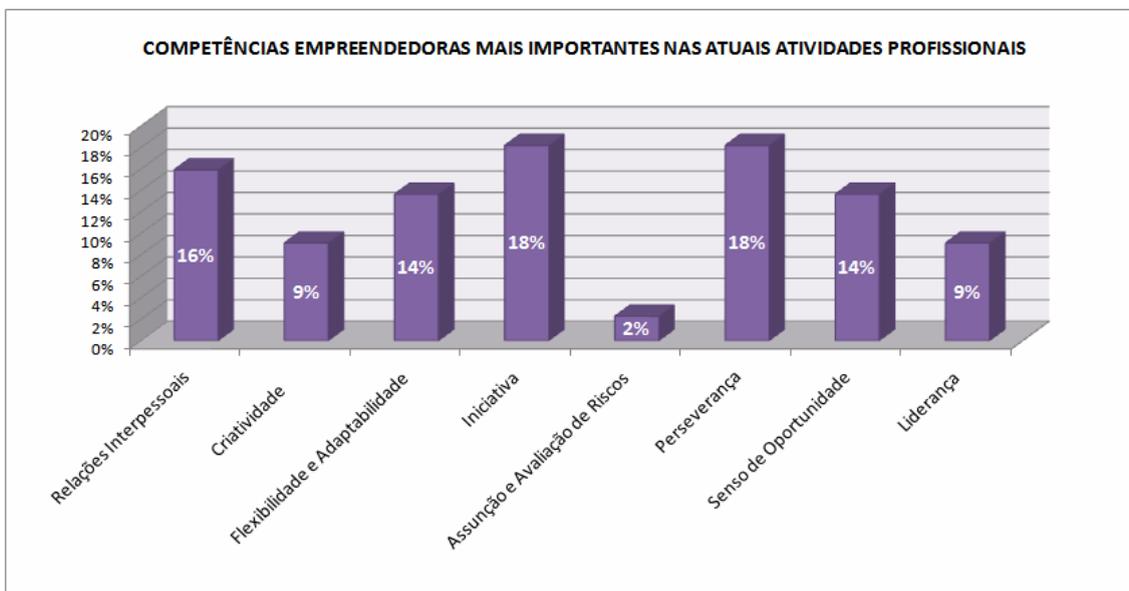


Gráfico 9 – Competências empreendedoras mais importantes nas atuais atividades profissionais

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir da questão 14 do instrumento aplicado, incia-se uma segunda etapa onde busca-se levantar o grau de influência e participação do IFNMG na formação empreendedora dos egressos pesquisados.

Após a orientação sobre o perfil empreendedor e quais competências empreendedoras foram mais importantes para os egressos no desenvolvimento de suas atividades profissionais, passamos a verificação da influência da instituição na formação, desenvolvimento e promoção de competências no grupo. Desse modo, a partir do ponto de vista, o egresso informou em que grau (alto, médio ou baixo) o IFNMG influenciou no desenvolvimento e promoção das competências que hoje compreendem o perfil empreendedor do pesquisado.

Os resultados observados estão dispostos a seguir – tabela 5, onde pode-se observar uma forte influência da instituição em três importantes competências “*perseverança*”, “*iniciativa*” e “*relações interpessoais*”. Como ponto negativo, observa-se uma influência muito baixa nas competências “*assunção e avaliação de riscos*”, “*senso de oportunidade*” e “*criatividade*”, o que nos leva a questionar a abrangência e o aprofundamento da formação empreendedora desenvolvida na instituição.

COMPETÊNCIAS	GRAU DE INFLUÊNCIA DO IFNMG		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Relações interpessoais	64%	29%	7%
Criatividade	29%	43%	29%
Flexibilidade e adaptabilidade	50%	36%	14%
Iniciativa	71%	14%	14%
Assunção e avaliação de riscos	14%	36%	50%
Perseverança	71%	14%	14%
Senso de oportunidade	21%	43%	36%
Liderança	36%	50%	14%

Tabela 5 – Influência do IFNMG na formação empreendedora dos egressos

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir das informações repassadas quanto ao grau de influência da instituição na formação empreendedora do egresso, especificamente, quanto às indicações de baixo grau, o grupo foi questionado sobre o que possa ter contribuído para esta baixa influência, podendo indicar diferentes fatores que julgassem contribuir para a questão. Do conjunto de fatores apontados pelo grupo pesquisado, 27% se referiam à ausência ou pouco contato com o mercado durante a formação. 20% das indicações referiam à ausência ou pouco desenvolvimento sobre oportunidades de negócios, aspectos econômicos, arranjos produtivos locais e 17% eram referentes ao pouco tempo destinado à formação empreendedora – conforme tabela 6.

POSSÍVEIS CAUSAS PARA A BAIXA INFLUÊNCIA DO IFNMG NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS	
Ausência ou pouco contato com o mercado durante a formação	27%
Ausência ou poucas atividades em equipes	7%
Ausência ou baixo desenvolvimento de atividades práticas orientadas como projetos de negócios e atividades de extensão	15%
Ausência ou poucos seminários	7%
Ausência ou pouco desenvolvimento teórico sobre empreendedorismo	2%
Ausência ou pouco tempo destinado a formação empreendedora	17%
Não tem opinião formada a esse respeito	5%
Ausência ou pouco desenvolvimento sobre oportunidades de negócios, aspectos econômicos, arranjos produtivos locais.	20%

Tabela 6 – Possíveis causas para a baixa Influência do IFNMG

Fonte: Dados da Pesquisa

Como último item do instrumento de pesquisa, os egressos foram convidados a opinar sobre quais providências, melhorias e direcionamentos o IFNMG poderia tomar a fim de desenvolver com excelência a formação empreendedora no curso técnico em agropecuária através do desenvolvimento e promoção de um perfil empreendedor nos futuros técnicos em agropecuária. Neste ponto, grande parte dos egressos direcionaram suas explanações para a necessidade da aproximação do que é trabalhado em sala de

aula com a realidade do mercado de trabalho, principalmente quanto aos arranjos produtivos locais. Nesse sentido, houve muitas considerações em relação à visitas técnicas e envolvimento em diferentes projetos e atividades realizadas na região por instituições de fomento como EMATER, IEF, SEBRAE etc.

Outras importantes observações relacionavam-se a poucas atividades práticas ou experimentais dentro da instituição. Algumas das propostas apresentadas sugeriam a criação de empresa júnior e organização de projetos institucionais com envolvimento direto dos alunos do curso técnico em agropecuária.

A seguir, apresentamos a descrição de algumas declarações, na íntegra, feitas por alguns estudantes e que dão suporte ao exposto.

Para um melhor desenvolvimento do curso de agropecuária, acredito que deveria fazer parte do curso aulas prática dinâmicas, viagens técnicas com maior frequência para o aperfeiçoamento e conhecimento de novas técnicas e tecnologias de trabalho e assim diminuindo as constantes aulas teóricas. E em questão da capacidade de assumir riscos, a instituição deveria repassar responsabilidades para os alunos para desenvolver essa habilidade, por exemplo, conduzir projetos, experimentos etc. (Egresso com conclusão em 2006).

Acho que se organizar uma empresa júnior de consultoria que ficasse sob a responsabilidade dos alunos e sob a orientação de um professor para a prestação dos serviços à comunidade, a aprendizagem seria bem melhor. (Egresso com conclusão em 2004).

Mostrar a realidade do mercado agropecuário e outros, principalmente na região, e não somente demonstrar ou repassar por exemplos, mas conhecer de perto mesmo. (Egresso com conclusão em 2007).

Dar-lhes uma visão mais realista do mercado regional, assim como aumentar a carga horária relativa a empreendedorismo e gestão, preparando-os para diversas situações na área de atuação de um técnico em agropecuária. (Egresso com conclusão em 2003).

6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do tipo de amostra utilizada para essa pesquisa não ser considerada representativa, podemos fazer uso dos resultados, informações e observações referentes à população pesquisada, composta por 36 egressos, para considerar as hipóteses levantadas e traçar conclusões e considerações a partir dos resultados obtidos através dos levantamentos de dados.

Os resultados dessa pesquisa leva-nos a conclusão que a formação empreendedora no curso técnico em agropecuária do IFNMG – Campus Januária ainda se encontra desarticulada do contexto do mercado e da realidade socioeconômica da região. É perceptível a falta de um modelo articulador e orientador que:

- defina as principais competências a serem trabalhadas;
- permita uma adequação temporal para o processo de formação empreendedora;
- delinheie a participação das áreas e profissionais envolvidos;
- organize, mensure e dite as estratégias a serem utilizadas para desenvolver, promover as competências empreendedoras em cada estudante durante a formação técnica agropecuária.

No atual momento do curso técnico em agropecuária a formação empreendedora pode ser considerada precária, sem definições claras de trabalho e objetivos.

Na consolidação dos resultados da pesquisa, observa-se que não há uma uniformidade sobre a participação e influência da instituição na formação empreendedora do egresso. Ao mesmo tempo em que se tem uma avaliação positiva em relação à promoção e desenvolvimento de determinadas competências, têm-se uma avaliação muito baixa de sua influência em relação às competências consideradas de suma importância para o empreendedor na região como, por exemplo as competências: “*assunção e avaliação de riscos*”, “*senso de oportunidade*” e “*criatividade*”.

Na caracterização do perfil empreendedor do egresso do curso técnico em agropecuária, é notório o baixo nível de empreendedorismo social sondado através do comportamento “*participação em associações, cooperativas e outras organizações de interesse coletivo*”. Os resultados negativos quanto ao empreendedorismo social são preocupantes e indicam certo desligamento de características marcantes do tecido empresarial local, já que na microrregião de Januária, segundo a Cáritas Diocesana (2010), há registros de mais de 400 cooperativas e associações que geram renda e dinamizam a produção na região, principalmente, a agropecuária.

Ao que indica, existem lacunas no desenvolvimento da educação empreendedora no IFNMG, porém alguns fatores foram determinantes para o apontamento negativo em relação ao papel da instituição, dentre os quais pode-se citar o pouco contato e a baixa articulação com o mercado durante a formação técnica. Este fator, por sua vez, influencia no conhecimento e identificação de oportunidades de negócios, na percepção dos diferentes agentes na economia e seus respectivos papéis, na compreensão dos arranjos produtivos locais e suas ramificações.

A interação com o mercado foi umas das principais carências apontadas pelos egressos durante o levantamento de dados, sendo, de fato, ponto estratégico para a promoção e desenvolvimento de competências que exigem uma visão e análise abrangente de mercado e dos arranjos produtivos locais e, também, que permita uma

percepção clara dos riscos envolvidos em um negócio e de sua viabilidade econômica e financeira.

A interação com o mercado deve ser considerada, também, como importante fator para o intra-empendedorismo. Assim como aquele que empreende em seu próprio negócio, o intra-empendedor necessita de grande habilidade e visão de mercado para empreender com sucesso em outras organizações.

As estratégias e práticas educativas aplicadas nos processos de ensino-aprendizagem direcionados à formação e desenvolvimento dos saberes técnicos na educação profissional sempre foram alvos de discussão. A educação técnica agropecuária do IFNMG não foge a essa realidade. A partir de uma análise da estrutura curricular do curso é perceptível a marcante dicotomia entre teoria e prática; as disciplinas são vistas como um todo em si mesmas; o tratamento modular e fragmentado muitas vezes dificulta e até impede a prática e a experimentação em determinadas situações.

Apesar do projeto prezar pela interdisciplinaridade, a estrutura do curso e as práticas docentes revelam a presença de métodos arraigados de tendências não sistêmicas e extremamente cartesianas.

Dado as dificuldades existentes, a formação empreendedora, essencial para preparação do profissional na compreensão, interação e inserção no mercado de trabalho, torna-se prejudicada.

É indiscutível a importância e a necessidade do desenvolvimento de um perfil empreendedor durante a formação profissional dos alunos do curso técnico em agropecuária. Como já mencionado, o desenvolvimento de uma visão empreendedora representa para o profissional um aumento das possibilidades e alternativas. Esta visão possibilita a compreensão das transformações em curso no mercado de trabalho, aprimora a reação, a interação e a adaptação ao novo contexto.

Porém, questiona-se o desenvolvimento desse espírito ou capacidade empreendedora com um tratamento fragmentado, engessado e isolado - típico das estruturas curriculares vigentes. O exercício da experimentação, vivência, diálogo e pesquisa são essenciais na formação empreendedora e as abordagens tradicionais que permeiam o ensino-aprendizagem do ensino técnico agrícola, revelam-se, em muitos momentos, ineficazes para consecução desses objetivos com efetividade. A formação empreendedora não é algo que se consegue da noite para o dia, não pode ser obtida através de um tratamento estanque em uma disciplina. Se constrói ao longo da formação e não em um dado momento isolado, recebendo um tratamento restrito, superficial e distanciado do contexto.

Fato que nos leva a propor a interação e inter-relação do ensino do empreendedorismo com as demais áreas componentes da formação técnica do curso profissionalizante em agropecuária - Uma estratégia em potencial para o desenvolvimento do perfil empreendedor no alunado.

Nesse sentido, pode-se criar uma disciplina de empreendedorismo com uma metodologia que privilegia a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade durante a formação profissional do aluno e que comporte diferentes profissionais, de diferentes tipos de organizações, ou seja, empresas de capital e de trabalho, ONG's, setor público, sindicatos, de forma que se possa expor sobre o tema observando diferentes perspectivas e campos de atuação.

A disciplina deve propiciar em diferentes momentos do curso o contato com diversos elementos do mercado e sociedade, como mecanismos de regulação de

mercado, tecnologias comumente utilizadas, mercados consumidores, diferentes instituições influenciadoras, produto, comunidades, pessoas, informação. De forma que, ao final do curso, o técnico tenha conquistado uma visão abrangente do mercado, da cadeia produtiva do agronegócio e dos arranjos produtivos locais e regionais. Para esse fim poderia se utilizar de práticas pedagógicas em sala de aula e ações concomitantes como projetos em extensão rural e cooperativismo.

Entretanto, é preciso observar que, quaisquer que sejam as ações estratégicas educacionais adotadas pela instituição, devem ser sempre levadas em consideração as possibilidades e limitações regionais, fruto de décadas de marginalização econômica e política que se refletem nas condições de vida e trabalho de boa parte da população. Ou seja, influenciam na ocupação, na renda, nas oportunidades, no acesso à educação, informação, saúde, capital, etc.

Com essa pesquisa, acreditamos ter contribuído para uma avaliação das diretrizes gerais de atuação institucional quanto à formação empreendedora no curso técnico em agropecuária, e também, para a geração de subsídios para o planejamento, desenvolvimento e implementação de programas, projetos e demais iniciativas que permitam a instituição trabalhar adequadamente o tema empreendedorismo observando o contexto e as peculiaridades do seu território e do seu alunado.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALLESSANDRINI, C. D. O Desenvolvimento de Competências e a Participação Pessoal na Construção de um Novo Modelo Educacional in: PERRENOUD, P. et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 157-176.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo, in: SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BDMG. **Informações sobre perfil socioeconômico das Áreas Administrativas de Minas Gerais** (2005). Disponível em: <www.bdmg.mg.gov.br/estudos/estudos_cadernos.asp>. Acesso em 15 de dezembro de 2008.

BNB. **Relatório de Trabalho**. Investimentos – Agência Januária. Januária, MG, 2008. 213 p.

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL. **Decreto n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Brasília, DF, 1996.

_____. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os art. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997.

_____. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os art. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

_____. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF, 2006.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

_____. **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Agricultura Familiar - Relatórios e Resultados.** Disponível em: <http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=4464&url=http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/Grupos_e_linhas/gerados/gb_grupos_txt.asp?idTR=pronaf>. Acesso em 21 de junho de 2009.

CÁRITAS DIOCESANA. Registro de Ações em Comunidades – Microrregião de Januária. Januária, MG, 2009.

CIAVATTA, M. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo in: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 100 – 137.

CEPEA. **PIB do Agronegócio – Dados de 1994 a 2008** (2009). Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2009.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural - 2008.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ MDA. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/estatisticasMeioRural2008.pdf>>. Acesso em: 18 de setembro de 2009.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora: O ensino de empreendedorismo na educação básica voltado para o desenvolvimento social sustentável.** São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

_____. **Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008a.

_____. **O Segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008b.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

DOWBOR, L. **A Reprodução Social: Propostas para uma Gestão Descentralizada.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

_____. **O que acontece com o trabalho?.** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/06oqueaconteceetrab.doc>>. Acesso em: 21 de abril de 2009.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios.** São Paulo: Pioneira, 1985.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Aurélio Século XXI.** O dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários – gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v.34, n.2, p. 5 – 28, abr/jun 1999.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o Conceito de Competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, edição especial, p. 183-196, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do "cidadão produtivo": da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens (2001-2004)**. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento in: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 25 - 54.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informações e estatísticas da evolução dos segmentos socioeconômicos e demográficos para o estado de Minas Gerais (2008)**. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/>>. Acesso em: 11 de junho de 2009.

GASQUES, J. G. et al. **Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004.

GIBB, A.A., Enterprise culture-its meaning and implications for education in: Training, **Journal of European na Industrial Training**, Monograph, Vol. 11, nº 2, 1991.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil - 2004**, Paraná: IBQP, 2005.

GUEDES, C. A. M. O mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa: tendências e perspectivas. **Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas**, Seropédica, RJ, v.25, n. 1/2, p. 169-180, Jan./Dez 2003.

GUEDES, C. A. M.; NATAL, J. L. A. A fratura do mercado e da integração nacionais: (des)emprego e (in)formalização das relações de trabalho. In: Jorge Natal. (Org.). **Do desenvolvimentismo ao neoliberalismo: A saga brasileira no século XX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Publicati Editora, 2006. p. 109-130.

GUEDES, C. A. M.; CARDOSO, S. R. . Emprego e Inovações Tecnológicas no Pensamento Econômico. In: Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio Econômicas / DIEESE - São Paulo; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho- Unicamp, Campinas. (Org.). **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico**. 1. ed. São Paulo: DIEESE/CESIT, v. 2, p. 25-50, 1999.

HAMEL, G.; PRAHALAND, C. K. **Competindo Pelo Futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

HONMA, E. T. **Competências Empreendedoras: estudo de casos múltiplos no setor hoteleiro em Curitiba**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 – Pesquisa por amostra de domicílios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 15 de fevereiro de 2009.

_____. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil (2003)**. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempesa2001.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro de 2008.

_____. **Relatório de Pesquisa - Economia Informal Urbana – ECINF 2003**. IBGE/SEBRAE. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. MPOG, 2009.

IDENE. Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – **Áreas de Atuação 2009**. Disponível em: < <http://www.minassistemas.com.br/idene/institucional.php>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

IFNMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Montes Claros, MG, 2009a. 145p.

_____. **Sistema de Informação Gerencial - Secretaria de Assuntos Educacionais**, Januária, MG, 2009b.

LEITE, V. F. **Crescente demanda pela educação empreendedora com métodos apropriados e o caso UNIFEI**. Disponível em: <http://www.egrad.org.br/area_cientifica/artigos/crescente_demanda_pela_educacao_empreendedora_com_metodos_apropriado_e_o_caso_unifei/739>. Acesso em: 11 de maio de 2009.

MACHADO, N. J. Sobre a Idéia de Competência in: PERRENOUD, P. et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 137-155.

MAN, T. W. Y.; LAU, T. (2000, September). Entrepreneurial competencies of SME owner/manager in the Hong Kong services sector: a qualitative analysis. **Journal of Enterprising Culture**, p. 235-254.

MARCONI; M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipótese e variáveis e metodologia jurídica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6. ed. – 7. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de Monografias e Dissertações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEC. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico: Agropecuária**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2000.

MELLO, S. C. B. de; LEAO, A. L. M. de S.; PAIVA Jr, F. G. de. Competências empreendedoras de dirigentes de empresas brasileiras de médio e grande porte que atuam em serviços da nova economia. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 47-69, Dez 2006.

MELO NETO, F. P. de; FRÓES, C. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, V.1, n.3, 2º sem. 1996.

PAIVA Jr., F. G. ; GUERRA, J. R. F. ; OLIVEIRA, M. A. F. ; ALVES, V. S. A Contribuição das Competências Empreendedoras para a Formação de Dirigentes em Sistemas de Incubação. In: XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2006, Fortaleza. Anais de Resumos Nacionais e Internacionais do XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPRO Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2006.

PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

_____. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Informações sobre os índices de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros no ano de 2000**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 21 de julho de 2008.

QUEIROZ, M. A. C.; GUEDES, C. A. M.. Criação de pessoas jurídicas como alternativa de atuação profissional: Uma análise a partir do cadastro central de empresas do IBGE na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Administração em Debate**, v. 1, p. 13-19, 2008. Disponível em: <<http://www.cra-rj.org.br/site/publicacoes/RAD%2001/02.html>>. Acesso em: 14 de março de 2009.

RAMOS, M. N. A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1-64, 2001.

_____. A educação profissional pela Pedagogia das Competências: para além da superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 405-427, 2002.

_____. **A Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação**. 3. ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2005.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 30ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003 – 2005**. Relatório de Pesquisa. Brasília: SEBRAE, 2007.

SEBRAE. **Cursos, mini-cursos e eventos – Sebrae Minas Gerais (2009)**. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/geral/visualizadorConteudo.aspx?cod_areasuperior=1&cod_areaconteudo=877&cod_pasta=914&cod_conteudo=2759>. Acesso em: 12 de abril de 2009.

SILVEIRA, L. L. **Metodologia do ensino superior**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.

THERBORN, G. A crise e o futuro do capitalismo, in SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 39-50.

TIRIBA, L. V. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado in: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 189 - 216.

VARAJÃO, J. E. Q. **Outsourcing de Serviços de Sistemas de Informação**. 1. ed. Lisboa: FCA, 2001.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. Tradução: Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2001.

8. ANEXO

ANEXO 1

Questionário utilizado em pesquisa de campo



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Prezado Colaborador, este questionário é parte integrante de um conjunto de instrumentos que está sendo utilizado para o desenvolvimento de uma pesquisa de pós-graduação que tem como objetivo construir uma percepção em relação à formação empreendedora do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG, a partir de um estudo junto aos egressos do curso já inseridos no mercado de trabalho, buscando verificar se as estratégias e práticas metodológicas de ensino aplicadas na instituição contribuem para construção e desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras.

Neste intuito, estamos levantando informações sobre o perfil profissional e o comportamento empreendedor dos egressos do Curso Técnico em Agropecuária do IFNMG - Campus Januária, buscando verificar até que ponto sua atuação profissional atual foi influenciada pela formação empreendedora recebida durante o curso técnico. Dessa forma, contamos com a sua contribuição através do preenchimento do questionário abaixo com informações fidedignas para que possamos desenvolver este trabalho.

Agradeço imensamente a sua colaboração nesta pesquisa que, espero, gere grandes benefícios para o desenvolvimento educacional nesta e em outras instituições de educação profissional.

Atenciosamente,

Prof. Edson Oliveira Neves
Docente do IFNMG – Campus Januária

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

1) Caracterização do egresso:

Nome (opcional): _____ Idade (opcional): _____

Cidade onde trabalha: _____

Ano de conclusão do Curso Técnico em Agropecuária: _____

2) Você possui algum curso superior? () sim () não

Qual? _____

3) Atualmente você está realizando algum curso superior? () sim () não

Qual? _____

4) Realizou outros cursos técnicos ou capacitações, aperfeiçoamentos depois de egresso? () sim () não

Qual? _____

5) Como é o seu hábito de leitura?

() ler diariamente () ler algumas vezes na semana

() ler raramente () nenhuma leitura

6) O que você costuma ler normalmente?

() revistas e periódicos da sua área de atuação

() jornais e revistas diversas

() livros

() outros _____

7) Quantas vezes você acessa a Internet semanalmente?

() nenhuma vez () 1 a 3 vezes () 4 a 7 vezes () mais de 7 vezes

8) Você acessa Internet predominantemente para que?

() correspondência () compras () pesquisa () lazer (orkut, jogos etc)

() outros _____

9) Utiliza a Internet em função do seu trabalho? () sim () não

Para qual atividade?

() compras e contatos com fornecedores

() operação com programas/softwarees específicos do negócio

() contatos com profissionais da empresa ou não

() contato com clientes

() outros _____

10) Trabalha atualmente em empreendimento próprio? () sim () não

Se sim, qual o ramo?

() comércio () indústria

() agricultura e/ou pecuária () prestação de serviços

() instituições financeiras () educação

Outro: _____

Há quanto tempo está neste empreendimento?

- () menos de 1 ano () de 1 a 2 anos
() de 2 a 3 anos () de 3 a 4 anos
() de 4 a 5 anos () acima de 5 anos

11) Se não trabalha em empreendimento próprio, em qual empresa/instituição trabalha?

Qual o ramo de negócio da empresa/instituição?

- () comércio () indústria
() agricultura e/ou pecuária () prestação de serviços
() instituições financeiras () educação

Outro: _____

Há quanto tempo está em atividade nesta empresa/instituição?

- () menos de 1 ano () de 1 a 2 anos
() de 2 a 3 anos () de 3 a 4 anos
() de 4 a 5 anos () acima de 5 anos

12) Faça uma auto-avaliação a partir das características abaixo relacionadas, observando a escala de graduação de 1 à 4, sendo 1, em menor grau e 4, em maior grau.

CARACTERÍSTICAS	ESCALA			
Tem perseverança, não desiste facilmente	1	2	3	4
Tem alta dedicação na sua atividade profissional	1	2	3	4
Assume riscos calculados	1	2	3	4
Está sempre atento às oportunidades que surgem no mercado	1	2	3	4
Busca conquistar e manter uma rede de relacionamentos com instituições e pessoas	1	2	3	4
Realiza um planejamento antes de iniciar um empreendimento	1	2	3	4
Procura deixar por escrito o que se planeja	1	2	3	4
Trabalha bem em equipe	1	2	3	4
Está em constante busca por informação	1	2	3	4
Acompanha o desenvolvimento das TI's – Tecnologias da informação	1	2	3	4
Gosta de liderar, busca assumir quando necessário o papel de líder	1	2	3	4
Não se perturba com novos desafios	1	2	3	4
Consegue vislumbrar oportunidades de negócios em sua região	1	2	3	4
Se acha com condições de abrir e gerenciar um negócio próprio	1	2	3	4
Costuma participar de alguma associação, cooperativa ou grupo organizado com interesses coletivos	1	2	3	4

13) Quais competências empreendedoras abaixo foram importantes e/ou estão sendo importantes para você desenvolver satisfatoriamente suas atividades profissionais na atualidade?

- () relações interpessoais () assunção e avaliação de riscos
() criatividade () perseverança

- () flexibilidade e adaptabilidade () senso de oportunidade
 () iniciativa () liderança
 () Outras _____
-

Para melhor esclarecimento, o quadro abaixo apresenta a definição de cada uma das competências empreendedoras acima mencionadas:

CARACTERÍSTICAS	DISCRIMINAÇÃO
Relações interpessoais	Refere-se à capacidade de trabalhar em equipe e também de desenvolver e mantém redes de relacionamento seja entre pessoas ou mesmo organizações
Criatividade	Está relacionada à constante busca por coisas novas e/ou mais eficientes, sejam modelos de gestão, produtos, serviços. Vive-se em uma constante de intento de criação, recriação e inovação.
Flexibilidade e adaptabilidade	Está ligada à capacidade de desvencilhar-se de dogmas, costumes e comportamentos incorporados e à aprendizagem e aquisição de novas estruturas comportamentais e técnicas conforme as contingências ambientais. Envolve também a capacidade de não conformar-se, mas de engendrar esforços para adaptação às circunstâncias, ambientes e pessoas.
Iniciativa	Relaciona-se com independência. Caracteriza-se pelo incômodo em depender de outros quando se pode realizar. É a atitude de procurar meios, soluções, alternativas sem esperar por iniciativa de terceiros.
Assunção e avaliação de riscos	Refere-se à capacidade de arriscar nos negócios, de assumir riscos nas atividades profissionais. Entretanto, relaciona-se também com a percepção da importância de avaliar cuidadosamente os prós e contras de uma tomada de decisão a partir de levantamentos e pesquisas.
Perseverança	Está relacionada a capacidade de não desistir facilmente de um objetivo. Mesmo diante de dificuldades, fracassos e posições contrárias, insiste em seu propósito.
Senso de oportunidade	Relaciona-se com a contínua atenção às oportunidades no mercado. Ao vislumbrar uma oportunidade de negócio, estuda-se detalhadamente a mesma verificando se esta é realmente viável.
Liderança	Gosto e iniciativa de liderar. Refere-se ao comportamento de assumir, quando necessário, o papel de líder e orientar o grupo. Não esquivar-se de uma responsabilidade frente a um grupo ou organização.

14) A partir de suas respostas imediatamente anteriores, demonstre informando em que grau (alto, médio ou baixo) o IFNMG influenciou no desenvolvimento e promoção dessas competências.

EX:

Competência xyz	Grau baixo
Competência abc	Grau alto

COMPETÊNCIA	GRAU DE INFLUÊNCIA	COMPETÊNCIA	GRAU DE INFLUÊNCIA
Relações interpessoais		Assunção e avaliação de riscos	
Criatividade		Perseverança	
Flexibilidade e adaptabilidade		Senso de oportunidade	
Iniciativa		Liderança	

Outras: _____

15) Em sua avaliação, considerando apenas as suas indicações de “baixo grau” em sua resposta anterior, das alternativas abaixo, o que você acredita ter contribuído para esta baixa influência.

- ausência ou pouco contato com o mercado durante a formação
- ausência ou poucas atividades em equipes
- ausência ou baixo desenvolvimento de atividades práticas orientadas como projetos de negócios e atividades de extensão
- ausência ou poucos seminários
- ausência ou pouco desenvolvimento teórico sobre empreendedorismo
- pouco tempo destinado à formação empreendedora
- não tenho opinião formada a esse respeito
- ausência ou pouco desenvolvimento sobre oportunidades de negócios, aspectos econômicos, arranjos produtivos locais.

Outras: _____

16) Em quê você acha que o IFNMG poderia melhorar no desenvolvimento do Curso Técnico em Agropecuária para desenvolver e promover o perfil empreendedor nos futuros Técnicos em Agropecuária?

ANEXO 2

Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE JAUÁRIA
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

PARTES	ÁREA	DISCIPLINAS	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		TOTAL	
			Semanal	Anual	Semanal	Anual	Semanal	Anual		
BASE NACIONAL COMUM	Linguagem, códigos e suas tecnologias	Língua Portuguesa	03	120	03	120	03	120	360	
		Arte	01	40					40	
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	240	
		SUB-TOTAL - 1	06	240	05	200	05	200	640	
	Ciências humanas e suas tecnologias	História	02	80	02	80	02	80	240	
		Geografia	02	80	02	80	02	80	240	
		Filosofia			01	40			40	
		Sociologia			01	40			40	
	SUB-TOTAL - 2	04	160	06	240	04	160	560		
	Ciências da natureza, Matemática e suas tecnologias	Biologia	03	120	02	80	02	80	280	
		Química	02	80	02	80	02	80	240	
		Física	02	80	02	80	02	80	240	
Matemática		04	160	03	120	03	120	400		
SUB-TOTAL - 3		11	440	09	360	09	360	1.160		
DIVERSIFICAÇÃO	Redação	01	40	01	40	01	40	120		
	Orientação para o Estágio			01	40	01	40	80		
	Língua Inglesa					02	80	80		
	Extensão Rural e Cooperativismo	01	40			01	40	80		
	SUB-TOTAL - 4	02	80	02	80	05	200	360		
TOTAL ENSINO MÉDIO			23	920	22	880	23	920	2.720	
PARTE	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	DISCIPLINAS	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		TOTAL	
		Semanal	Anual	Semanal	Anual	Semanal	Anual			
		Agricultura Geral	02	80					80	
		Zootecnia Geral	02	80					80	
		Planejamento, Implantação e Manutenção de Projetos Agropecuários	02	80					80	
		Topografia	02	80					80	
		Agroecologia I	02	80					80	
		Negócios Agroindustriais	02	80					80	
		SUB-TOTAL - 1	12	480					480	
		Olericultura			02	80			80	
	Culturas Anuais Regionais			02	80			80		
	Fruticultura de Clima Tropical e Subtropical			02	80			80		
	Processamento de Produtos de Origem Vegetal			02	80			80		
	Silvicultura			01	40			40		
	Propagação de Plantas			01	40			40		
	Cultivo em Ambiente Protegido			01	40			40		
	Agroecologia II			02	80			80		
	Irrigação e Drenagem			02	80			80		
	Mecanização Agrícola			02	80			80		
	SUB-TOTAL - 2			17	680			680		
	Avicultura de Corte e Postura					02	80	80		
	Apicultura, Cunicultura e Piscicultura					02	80	80		
	Suínocultura					02	80	80		
	Caprino-ovino cultura					02	80	80		
	Bovinocultura de Leite e Corte					02	80	80		
	Processamento de Produtos de Origem Animal					02	80	80		
	Agrostologia					01	40	40		
	Construções e Instalações Rurais					02	80	80		
	Planejamento e Gestão de Agronegócio					02	80	80		
	SUB-TOTAL - 3					17	680	680		
	TOTAL ENSINO TÉCNICO			12	480	17	680	17	680	1.840
	ESTÁGIO									160
	TOTAL GERAL			35	1.400	39	1.560	40	1.600	4.720

6.4 – ORGANIZAÇÃO DO MÓDULO - ÁREA PROFISSIONAL: AGROPECUÁRIA.

CURSO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

MÓDULO: GESTÃO E EMPREENDIMIENTOS COM CULTURAS ANUAIS REGIONAIS.

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	BASES TECNOLÓGICAS	C.H.
<ul style="list-style-type: none"> • Definir funções administrativas. • Compreender planejamento dos recursos humanos. • Compreender planejamento mercadológico. • Analisar fatores que definem o empreendedorismo e o perfil do empreendedor. • Compreender os meios para a validação de uma idéia. • Conhecer a estrutura de um plano de negócio. • Conhecer técnicas de negociação. • Analisar tipos de empresas rurais. • Compreender planejamento mercadológico e tributário. • Conhecer cálculos de operações das máquinas e implementos 	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever as formas organizacionais de exploração da propriedade; • Identificar níveis de autoridade/responsabilidade; • Definir receitas, despesas, gastos, investimentos e custos; • Identificar métodos de comercialização; • Conceituar empreendedorismo e definir o perfil do empreendedor; • Identificar ações que influenciam a validade de uma idéia; • Descrever as tarefas de um plano de negócio; • Utilizar facilitadores no processo de negociação; • Identificar e descrever os tipos de empresas rurais • Calcular o custo horário na utilização dos equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Noções de administração e economia rural; • Noções sobre processo decisório: Planejamento, Organização, Coordenação, Controle. • Noções de contabilidade Agrícola; • O que é um empreendedor, o que significa empreendedorismo, o perfil de um empreendedor de sucesso. • A importância da pesquisa na validação de uma idéia; • Noções básicas de plano de negócio, envolvendo: sumário executivo, a empresa, o plano de marketing, o plano financeiro. • Estratégias de negociação, envolvendo: facilitadores da negociação, fases do processo de negociação, situações complicadoras do processo de decisão. • Tipos de empresas rurais quanto ao tamanho e natureza jurídica • Custo de trabalho das máquinas e equipamentos agrícolas e cálculo do custo horário; Trator, Arado e Grade, Semeadora-adubadora, Colhedoras, Cultivador-adubador, Pulverizador, Distribuidor de corretivo. 	80 H
SUB-TOTAL			80 H
TOTAL			300 H

ANEXO 3

Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas – Gestão